



RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS

2022



**RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS**

2022

LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Capital Social: 5 000 000 euros
Sede Social: Mitrena – 2910-738 Setúbal
Registo C.R.C. N° 503 847 151
Pessoa Colectiva N° 503 841 151

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2022

LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Relatório de Gestão e Contas 2022

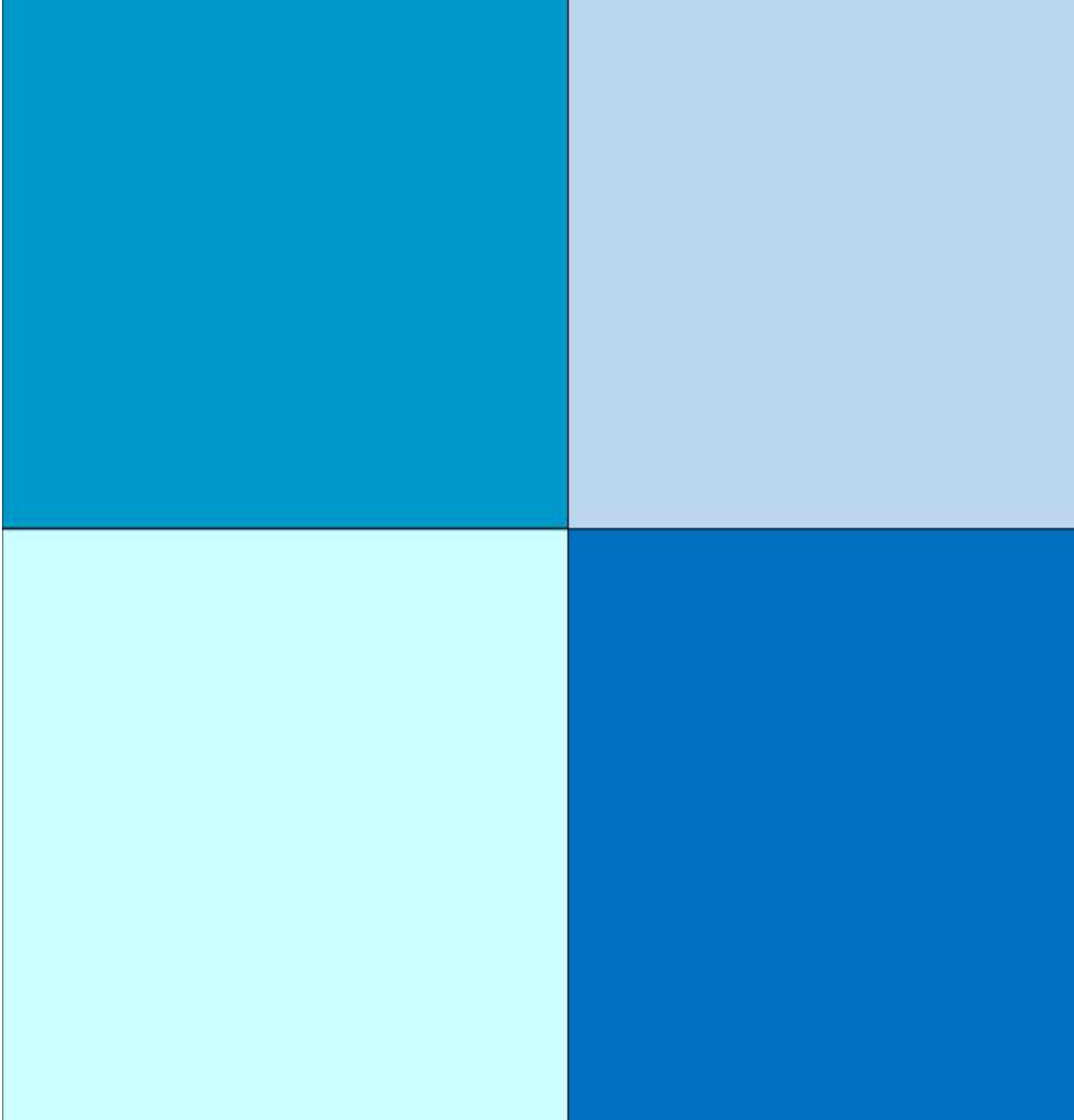
Design

Impressão

Data

ÍNDICE

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	9
ESTRUTURA DA EMPRESA	10
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS	11
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO	15
2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O MERCADO	20
3 ACTIVIDADE DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO NAVAL. 25	
4 INVESTIMENTOS / OUTROS	278
5 RECURSOS HUMANOS.....	32
6 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	37
7 PERSPECTIVAS DA ACTIVIDADE PARA 2023	44
8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	46
9 REFERÊNCIAS FINAIS	46
BALANÇO.....	52
DEMONSTRAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	54
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	55
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	56
ANEXOS	57
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	101
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	104
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 30 DE MARÇO DE 2023 RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2022.....	107
DELEGAÇÕES & REPRESENTAÇÕES	110



MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MANDATO:
QUADRIÉNIO
2021-2024

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Vice-Presidente:

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Secretário:

Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais:

Eng. Nuno M. F. de Almeida Antunes dos Santos

Dra. Cláudia Cristina Pelaio Rodrigues Braz

Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

ADMINISTRADOR DELEGADO:

Eng. Nuno M. F. de Almeida Antunes dos Santos

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Eng. Manuel Serpa Leitão

Vogais:

Dra. Tânia Sofia Luís Mineiro

Dr. Mário Alexandre Guerreiro Antão

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

"RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA." N.º 21

Representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva
(ROC N.º 320)

Suplente:

Dr. António José Lino do Patrocínio Santos

ROC N.º 840

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

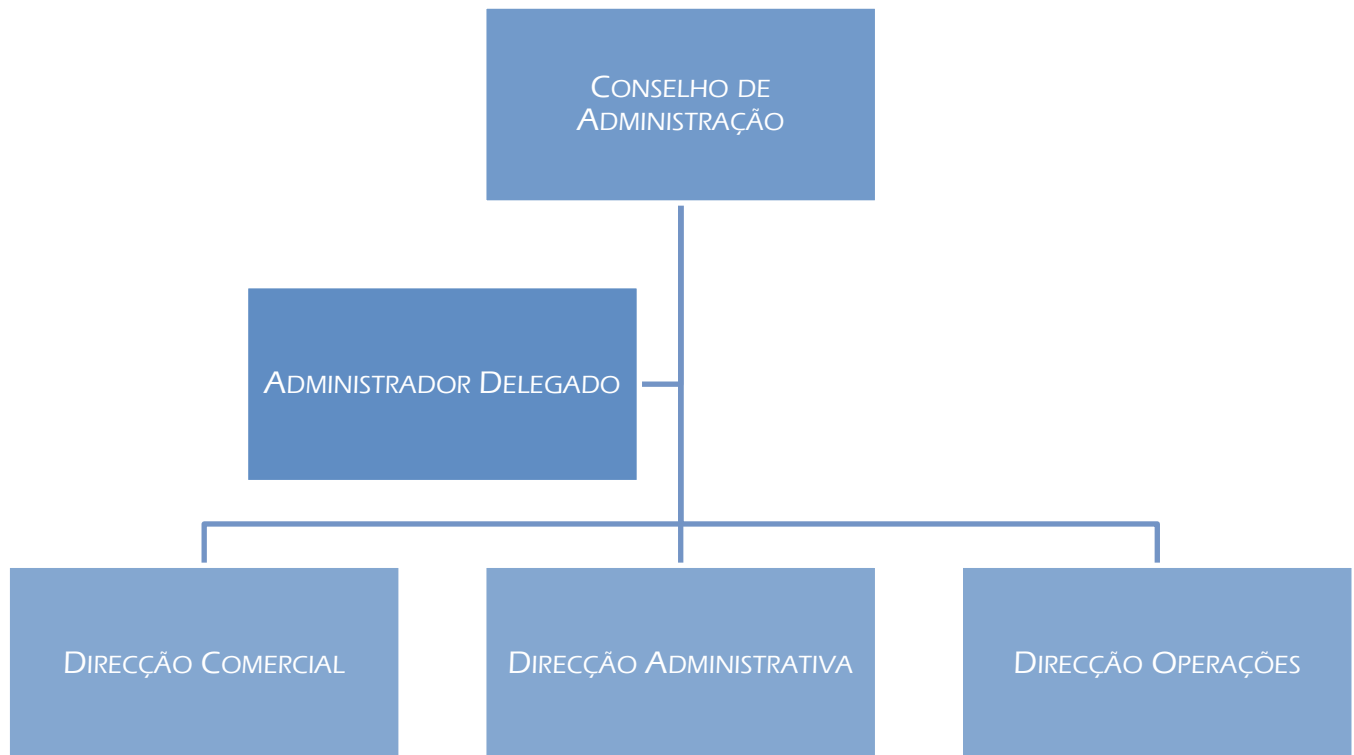
Presidente:

Dr. Luis Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Secretário:

Eng. Jan Krabbenhöft

ESTRUTURA DA EMPRESA



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual dos Accionistas da LISNAVE- ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para reunir no dia 30 de Março de 2023, pelas 11:00 horas, na sede da Sociedade, sita no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º- Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2022;
- 2º- Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal;
- 3º- Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
- 4º- Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na sede da Sociedade e no respectivo sítio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da lei e do Contrato de Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

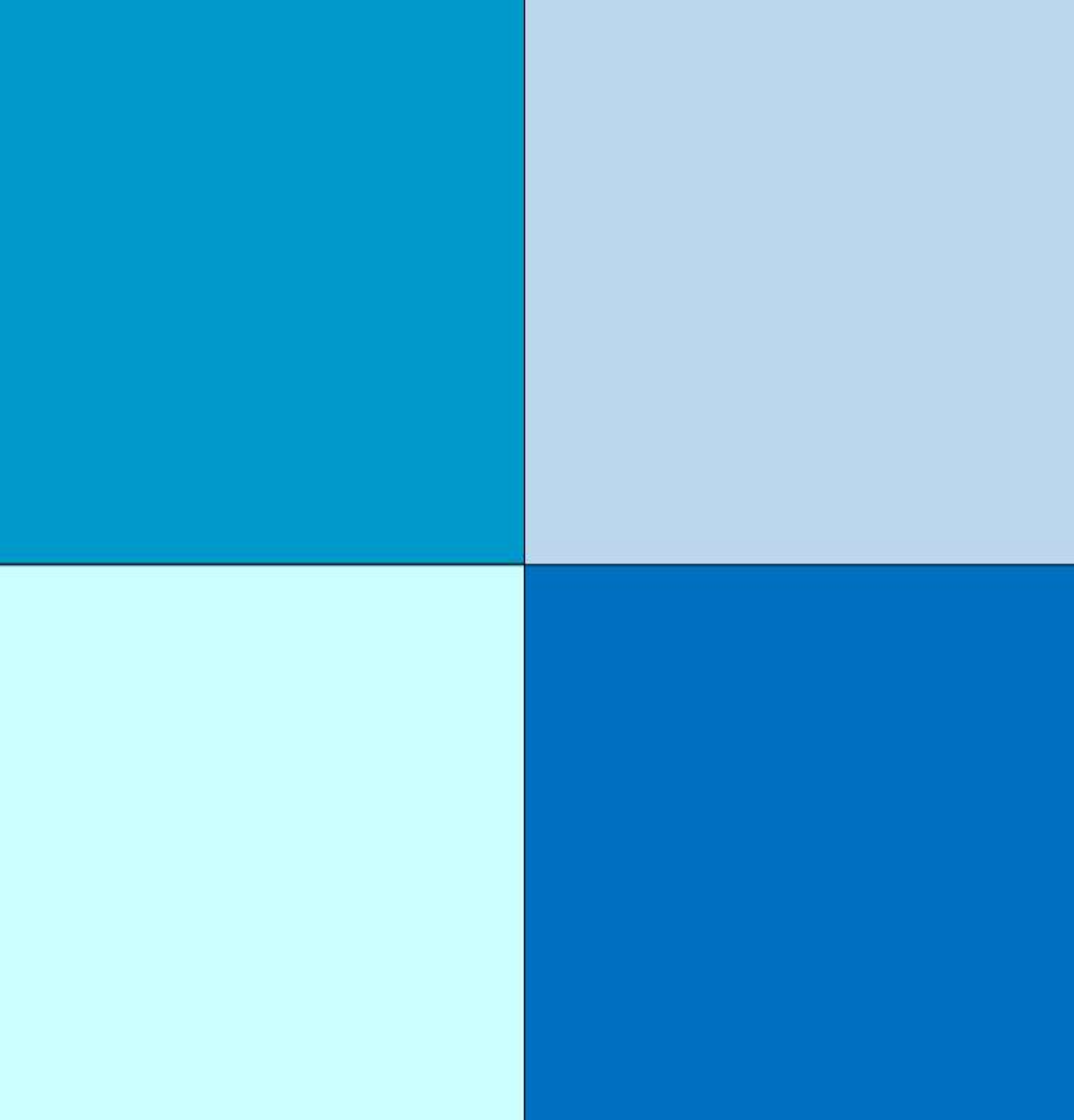
Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito de voto.

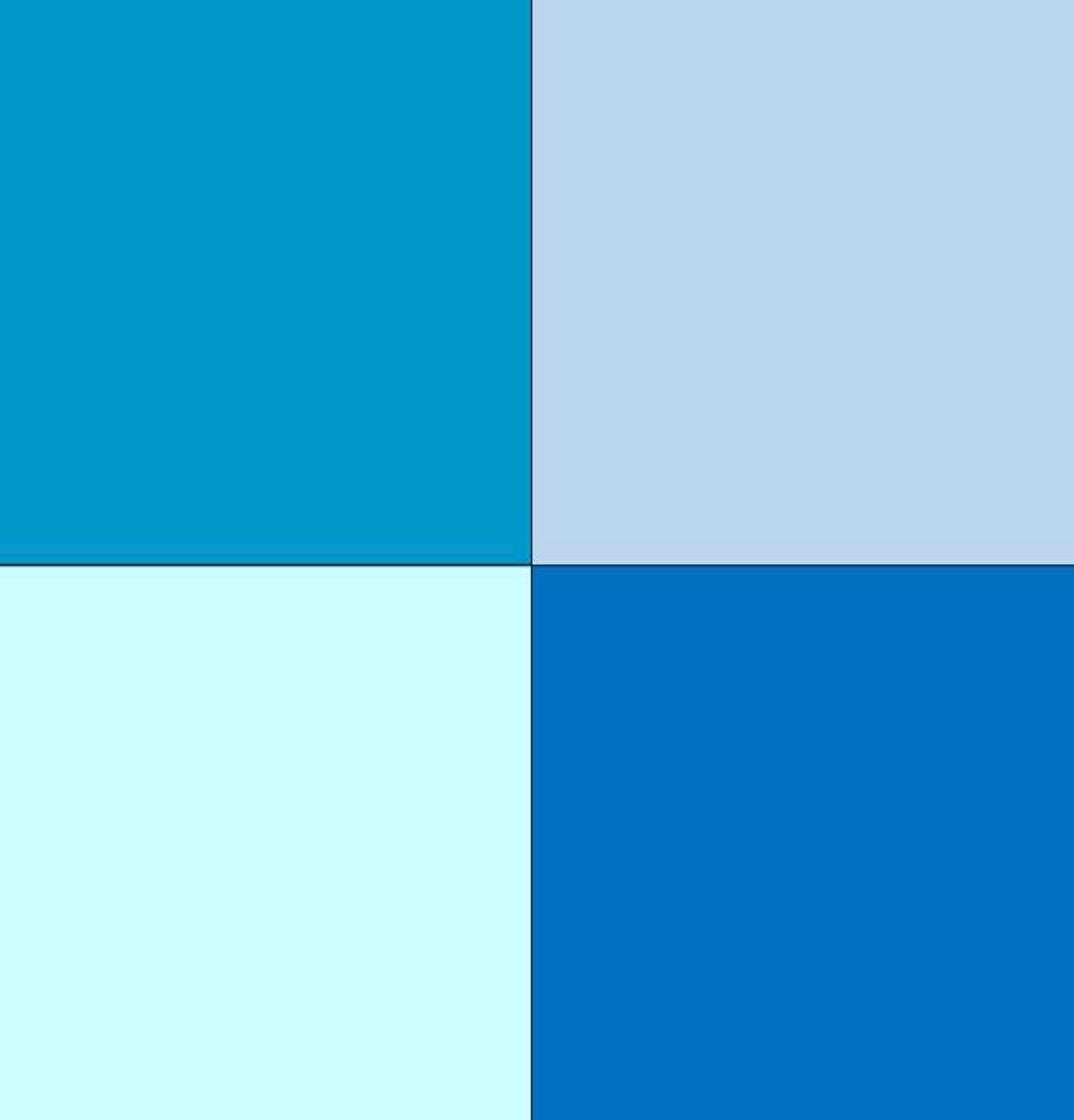
Setúbal, 27 de Fevereiro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins







RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 | INTRODUÇÃO

A LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A. registou novamente, no Exercício de 2022, um bom desempenho.

Continuando a tendência que se fazia sentir desde a segunda metade de 2021, o Estaleiro trabalhou em sobrecarga durante todo o ano de 2022. Mais uma vez, este facto, apesar de proporcionar um maior volume de vendas, acabou por se reflectir menos favoravelmente nas margens libertadas, ainda assim positivas.

Paralelamente às normais operações diárias decorrentes da actividade, em 2022 foi dada continuidade à política de investimento e melhoria contínua, com alguns projectos que continuarão a impactar favoravelmente a Empresa no médio/longo prazo, nomeadamente:

☐ Entrou em funcionamento o parque fotovoltaico para autoconsumo, que tem assegurado regularmente 5 a 7% do consumo eléctrico da Empresa.

☐ Entrou em funcionamento, com sucesso, a máquina de corte numérico de aço por plasma, que se tem revelado de extrema importância num

projecto corrente de construção de cinco blocos de bolbos de proa para navios porta-contentores.

☐ Foi efectuada a reparação e recuperação de arruamentos e de fachadas de edifícios, com impacto positivo na imagem que a Empresa projecta perante Clientes e Colaboradores. A reparação de arruamentos também beneficiou a segurança e a produtividade, ao permitir uma circulação mais fluida de pessoas e equipamentos.

☐ Foi dada continuidade à recuperação estrutural da Central de Bombagem Entre Docas, infra-estrutura crítica do Estaleiro, onde também foram reabilitadas as respectivas Bombas de Drenagem.

☐ Foram efectuadas reparações estruturais nas lajes de betão das docas 21 e 22.

☐ Foi dada continuidade à recuperação estrutural e modernização dos guindastes e do pórtico de 500 toneladas.

☐ Foram reabilitadas ou substituídas várias defensas de acostagem nos cais, na eclusa e nas plataformas do *Hydrolift*.

☐ Foi triplicada a capacidade de alimentação eléctrica de navios nas docas 20 e 21, permitindo prestar um melhor serviço aos nossos Clientes e, simultaneamente, proteger o ambiente através da redução de emissões de partículas e de gases de efeito de estufa.

☐ Foram instalados 30 carregadores de veículos eléctricos, melhorando o desempenho ambiental da Empresa.

- ☞ Foi dada continuidade à certificação de equipamentos oficinais, conforme a Directiva Máquinas 2006/42/CE.
- ☞ Com a melhoria contínua das condições de segurança em mente, foram instaladas novas linhas de vida nas docas 30 e balaustradas em inox nos acessos às docas 20.
- ☞ As pranchas de portaló foram recuperadas estruturalmente e beneficiadas com a instalação de redes de protecção permanentes.
- ☞ Foram adquiridos novos equipamentos de suporte à Reparação Naval, nomeadamente instalações eléctricas volantes, contentores de transporte de materiais e andaimes.
- ☞ Foi dada continuidade à sensibilização e ao investimento em Segurança, com vista à obtenção de uma Cultura de Segurança que garanta um ambiente de trabalho que proteja a integridade física e psicológica dos Trabalhadores e que assegure o absoluto cumprimento das responsabilidades da Empresa.
- ☞ Foi dada continuidade ao processo conducente à obtenção da Certificação do Sistema de Gestão de Segurança segundo a norma ISO 45001.
- ☞ Entrou em vigor o Regulamento para Controlo de Alcoolemia e Estupefacientes, outro importante contributo para a Segurança na LISNAVE. Neste âmbito, têm sido realizados regularmente controlos aleatórios de alcoolemia e estupefacientes .
- ☞ Foi elaborado um novo sistema de Avaliação de Desempenho, que constituirá uma importante

ferramenta para a gestão de carreiras e para a identificação e retenção de talentos.

☞ Foi iniciado um programa para desmaterialização de processos administrativos, cuja primeira implementação passou pela desmaterialização dos recibos de vencimento já em Janeiro de 2023.

☞ Entrou em vigor o Plano de Protecção para evitar as ocorrências irregulares que por vezes se verificam no Estaleiro.

☞ Foi emitido o primeiro Relatório ESG (Ambiente, Social e Governança) da LISNAVE, cujo conteúdo demonstra que o bom desempenho financeiro não é incompatível com um notável desempenho em sede de Responsabilidade Social Corporativa.

☞ E, tendo em mente a prorrogação da actual Concessão do Estaleiro, foi encetado o diálogo com o Governo, conducente à obtenção de um prazo compatível com a rentabilização dos investimentos necessários no futuro próximo.

Como referido, estas medidas foram iniciadas paralelamente à actividade corrente da Empresa e, apesar da pressão adicional que implicaram sobre os seus recursos, não impediram que a actividade decorresse com grande sucesso e que fosse mesmo ultrapassado o valor orçamentado para o Resultado Líquido do Exercício, de 3,3 para 7 milhões de euros.

Neste contexto, o Conselho de Administração não pode deixar de manifestar a sua satisfação por ser possível partilhar parte dos resultados obtidos, quer com os Trabalhadores da Empresa, quer com os seus Accionistas.

O Conselho de Administração, como é seu hábito, dada a relevância dos indicadores de actividade acumulados, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, pretende evidenciar que a LISNAVE, no período que decorre desde o início do Plano de Reestruturação (segundo semestre de 1997) até ao final do Exercício de 2022, procedeu à reparação/manutenção de 2794 navios, provenientes de mais de cinco dezenas de países de todo o mundo, o que se traduziu em Vendas de 2,64 mil milhões de euros, que incluem uns expressivos 2,46 mil milhões, isto é, cerca de 93,5%, para exportação.

Com esta actividade foi possível assegurar o pagamento de salários globais equivalentes a 1,51 mil milhões de euros e, ainda, entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e outros Impostos, de cerca de 243 milhões de euros. De notar que os montantes referidos estão expressos em valores nominais e não actualizados.

O Exercício de 2022

A LISNAVE continuou a enfrentar, no início do ano de 2022, condições de trabalho particularmente adversas, decorrentes das medidas que as Autoridades determinaram para conter a propagação da pandemia, de entre as quais relevam o fecho de fronteiras e a impossibilidade de os técnicos e representantes dos Armadores se poderem deslocar para os navios em reparação, impossibilitando o desenvolvimento normal dos trabalhos, situação agravada pelos efeitos infecciosos e de isolamento profiláctico, quer nos trabalhadores em geral, quer nas tripulações dos navios, não obstante a cuidada gestão do Plano de

Contingência, com a implementação de várias medidas sanitárias e de controlo e protecção.

Estas fortes limitações, ampliadas pelos efeitos, no custo e qualidade, decorrentes da escassez e baixa qualificação dos recursos de mão-de-obra disponíveis no mercado, que se traduziram em consecutivas alterações de planeamento com indesejáveis consequências no nível de satisfação dos clientes, não impediram, contudo, que através de uma intensa actividade comercial, a LISNAVE conseguisse ultrapassar, com sucesso, as metas assumidas no Orçamento de 2022, tendo procedido no período em análise, à reparação/manutenção de 90 navios.

O conteúdo médio de trabalho por navio – que se manteve em níveis muito baixos nos anos anteriores, como consequência da baixa rentabilidade do negócio com que os Armadores se continuam a confrontar, uma vez que o nível dos preços que o mercado estava disponível para pagar pelos seus serviços não era suficiente para compensar os elevados custos de exploração dos navios – manteve-se num nível elevado. A factura média fixou-se nos 1,23 milhões de euros, que compara com os 1,13 milhões de euros do Exercício de 2021.

Neste contexto, a LISNAVE concluiu o Exercício de 2022 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 110,4 milhões de euros, mais 19,8 milhões do que no ano anterior.

O total dos Rendimentos de Exploração foi de 120,75 milhões de euros, isto é, cerca de 22,17 milhões de euros mais do que no ano de 2021, com o total dos Gastos de Exploração a ficar em 110,80



milhões de euros, mais 18,53 milhões do que no ano anterior.

A Situação Líquida fixou-se em 41,56 milhões de euros, valor que é cerca de 8,3 vezes superior ao valor do Capital Social.

Os Resultados Líquidos do Exercício ficaram em 7,075 milhões de euros.

A LISNAVE manteve, entretanto, as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo procedido à reparação de apenas três navios para o mercado nacional e vendido, para o mercado externo, cerca de 92 % do total dos seus serviços de Manutenção e Reparação.

No que respeita ao - Emprego -, a LISNAVE manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, com encargos de 69,26 milhões de euros, montante que corresponde ao emprego equivalente médio de mais de 2200 pessoas por dia.

De salientar que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer a Fornecedores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança

Social e outros Impostos, cerca de 4,93 milhões de euros.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício ascendeu a 1,27 milhões de euros, sendo que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, soma já os 40,19 milhões de euros.

De relevar, ainda, o valor de custos incorridos pela LISNAVE, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos que, no Exercício, registaram cerca de 2,63 milhões euros.

Por outro lado, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE - INFRAESTRUTURAS NAVAIS, S.A., são de referir também os investimentos relacionados com a manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, totalizando, no Exercício, cerca de 4,7 milhões de euros. De entre estes investimentos com a reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008, pela dimensão dos montantes envolvidos, assumem particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, a reparação da Ponte cais 3, a reparação dos meios de elevação e a reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizam já 36,41 milhões de euros.

No capítulo dos Recursos Humanos, dada a importância que este reveste, é de referir que, na sequência de negociações com os Representantes dos Trabalhadores, foi celebrado um Acordo Interno, no âmbito do qual foi acordado um aumento salarial de 3,2%.

Recorde-se, entretanto, como o Conselho de Administração tem vindo a referir desde o ano de 2009, que a LISNAVE, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho adequado às características desta actividade, deliberou, desde então, redireccionar a sua Política de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LISNAVEYARDS.

No contexto desta colaboração com a LISNAVE e no âmbito da Política de Rejuvenescimento em curso e do Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento de quadros, a LISNAVEYARDS procedeu à contratação de 43 Trabalhadores Directos, 4 Técnicos, 4 Administrativos e 5 Especialistas, todos Engenheiros, e 1 Gestor.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da LISNAVE, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 304 Trabalhadores, 141 dos quais, Trabalhadores Directos. A LISNAVE contava, na mesma data, com um efectivo de 125 Trabalhadores.

A LISNAVE manteve a Certificação de Qualidade de acordo com a Norma ISO 9001:2015 e também a Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental no âmbito da Norma ISO 14001:2015. Manteve,

igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS e a Acreditação do Laboratório de Calibrações. Deu continuidade, em 2022, ao processo para a Certificação de Segurança no âmbito da norma ISO 45001:2019.

A Estrutura Accionista da LISNAVE era, em 31 de Dezembro de 2022, a seguinte:

- NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. - 72,86 %

- THYSSENKRUPP TECHNOLOGIES BETEILIGUNGEN GMBH - 20,00 %

- PARPÚBLICA, S.A. - 2,97 %

- OUTROS ACCIONISTAS - 4,17 %.

O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de voltar a ser possível apresentar, pela décima sétima vez, à Assembleia Geral de Accionistas uma proposta para remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 accionistas da Empresa.

Perspectivas para o Exercício de 2023

Num contexto de boas expectativas de mercado mas de elevada incerteza conjuntural, a LISNAVE vai continuar focada na procura do aumento da produtividade e da diversificação dos seus mercados e, bem assim, no desenvolvimento de acções de recrutamento e formação de Recursos Humanos jovens, essenciais para o preenchimento das suas necessidades próprias.

Desta forma, reiterando a sua confiança na qualidade, responsabilidade e envolvimento que a Gestão e os restantes Trabalhadores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar ao longo dos anos, mas bem ciente da ameaça que representam as

dificuldades da actividade, de onde ressaltam a imprevisibilidade e a agressividade da concorrência bem como, entre outras, as tensões geopolíticas, designadamente a incerteza que resulta da situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o Conselho de Administração manifesta aos Senhores Accionistas, se entretanto não se alterarem substancialmente as perspectivas acima enunciadas ou se verificarem ameaças não previstas de outra natureza, a sua expectativa de que a actividade do ano de 2023 se situe, provavelmente, a um nível semelhante ao verificado no ano do Exercício.

2/ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O MERCADO

Conjuntura

O ano de 2022 iniciou-se já com uma tendência crescente da inflação, resultante da perturbação nas cadeias logísticas de transporte de energia, de matérias-primas, de bens alimentares e de produtos acabados, que se agravou com a abertura da economia mundial no pós COVID-19, com a invasão da Ucrânia pelas tropas da Federação Russa e com diversas catástrofes naturais.

Com o objectivo de combater a inflação, por forma a reduzi-la para níveis aceitáveis, os principais bancos centrais iniciaram um processo de subida de taxas juro, o que teve forte influência nos fluxos monetários a nível mundial e nas economias das famílias e dos países, resultando daí uma redução do consumo privado e do investimento, com a consequente redução das taxas de crescimento das suas economias.

Neste contexto, a Organização das Nações Unidas, no seu relatório “*World Economic Situation and Prospects 2023*”, estima que a economia, que durante o ano de 2021, tinha recuperado consideravelmente dos efeitos provocados pelo surto pandémico de COVID-19; com um crescimento de 5,8%, tenha crescido apenas 3% durante o ano de 2022. A mesma publicação estima, ainda, que as economias dos países desenvolvidos tenham crescido, somente, 2,6% em 2022, depois do crescimento de 5,2% verificado no ano de 2021.

Neste grupo de economias, a maior redução do crescimento verificou-se nos Estados Unidos da América, com um crescimento estimado de 1,8% em 2022, depois de no ano de 2021 ter crescido 5,7%. Já na Zona Euro, o crescimento económico estimado foi de 3,2% depois de ter crescido 5,3% em 2021.

No Reino Unido, estima-se que a economia tenha crescido 4,3%, depois de ter aumentado 7,4% no ano de 2021, sendo que, no Japão, a taxa de crescimento estimada para o ano de 2022 foi de 1,6%, valor semelhante ao verificado no ano de 2021, que foi de 1,7%.

Relativamente às economias dos países em vias de desenvolvimento, estas, depois de terem crescido 6,7% no ano de 2021, estima-se agora, que no ano de 2022 tenham crescido apenas 3,9%, com os países africanos a representar um crescimento de 3,7%, a Ásia do Sul 4,8% – com destaque para a Índia, a crescer 6,2% – e o Este Asiático a crescer 3,2% – com a China a crescer 3,0%.

Ainda no grupo dos países em vias de desenvolvimento, estima-se que o conjunto dos países da

América Latina e Caraíbas tenha crescido 3,8% no ano de 2022, depois de ter crescido 6,6% em 2021, com a América do Sul a ter um crescimento de 3,9% e a América Central e México a crescer 3,3%.

Nos países com as economias em transição, sendo este grupo o que inclui os países directamente envolvidos na guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, estima-se que a economia tenha contraído 3%, com a Federação Russa e a Ucrânia a contraírem respectivamente 3,5% e 36,0%. Ainda neste grupo de economias, estima-se que os países do Sueste Europeu tenham crescido apenas 2,8%, depois de no ano de 2021 terem crescido 7,4%.

Fazendo a Federação Russa e a Ucrânia parte do grupo dos maiores exportadores de energia, fertilizantes e cereais, a guerra entre ambos os países teve forte impacto tanto nos preços da energia como da alimentação a nível global. Por um lado, o aumento dos preços teve repercussões no aumento da inflação e por outro, as sanções aplicadas à Federação Russa pela maior parte dos países da OCDE obrigaram à redefinição das cadeias de transporte, tendo ambos forte reflexo no comércio mundial. Assim, estima-se que o comércio mundial tenha crescido 6% no ano de 2022, depois do crescimento de 10,5% verificado no ano de 2021.

Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a “Clarkson Research”, a frota de petroleiros acima de 10.000 Toneladas de Porte Bruto (TPB) cresceu, em número de navios, 2,5% durante o ano de 2022, depois de no ano de 2021 ter crescido 1,0%. No fim do ano de 2022, esta frota tinha

atingido os 674,9 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 3,5% em relação ao final de 2021, ano em que cresceu 1,7%.

Em termos de novas construções, foram entregues 254 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 28,5 milhões de TPB, correspondendo a 4,2% da capacidade actual desta frota. No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 68 navios, com uma capacidade de 5,3 milhões de TPB correspondentes a 0,8% da capacidade da frota actual.

Com base na mesma fonte, a frota de graneleiros, no ano de 2022, teve um crescimento de 3,4% em número de navios e de 2,9% em TPB, atingindo no final do ano os 972 milhões de TPB, tendo sido entregues 429 navios com uma capacidade de 31 milhões de TPB, o que corresponde a 3,2% da capacidade actual desta frota. Neste mesmo período foram vendidos para abate 46 navios com uma capacidade de 4,7 milhões de TPB correspondentes a 0,5% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço dos navios vendidos para demolição, que no mercado indiano, durante o ano de 2021, tinha crescido cerca de 40% em relação ao ano de 2020, atingindo os 560 USD/t tanto para os petroleiros como para os graneleiros, no ano de 2022 reduziu cerca de 6%, situando-se à volta dos 525 USD/t.

No final do ano de 2022, na frota de petroleiros, a carteira de encomendas de navios novos era de 328 navios com uma capacidade de transporte de 28,4 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 4,2% da tonelagem da frota actual. Destes 28,4 milhões, 17,9 milhões –

correspondentes a 63% do total e a 2,7% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2023.

Na frota de graneleiros, a carteira de encomendas de navios novos era composta por 921 navios com uma capacidade de transporte de 71,5 milhões de TPB, o que corresponde a 7,4% da frota actual, tendo 37,2 milhões, ou seja, 62% do total e 3,8% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2023. No ano de 2022, segundo a “Clarkson Research”, o transporte marítimo mundial sofreu uma redução de 0,3% em relação ao ano de 2021, tanto em volume como em tonelada x milha.

Esta redução ficou a dever-se aos segmentos de carga seca a granel e de carga contentorizada, com reduções de 2,2% e 2,8% respectivamente, dado que os segmentos de transporte de carga relacionados com a energia cresceram, tendo o

segmento de transporte de granéis líquidos crescido 3,9% e o de transporte de gás 4,2%.

Estas diferenças de comportamento dos vários segmentos do mercado do transporte, associadas à evolução das respectivas frotas, geraram diferentes expectativas nos diversos operadores, com consequências na evolução das taxas de frete de cada segmento.

A frota de transporte de granéis líquidos, com um crescimento de 3,4%, associado a uma redução da frota empregue em armazenamento, gerou um aumento da oferta de transporte de cerca de 4,6%. Apesar do crescimento da procura de transporte ter sido de 3,9%, um crescimento ligeiramente inferior à oferta, as expectativas e incertezas geradas pela guerra na Ucrânia associadas às sanções aplicadas à Federação Russa fizeram com que as



tendências das taxas de frete em todos os segmentos da frota tivessem um crescimento significativo.

Assim, em termos médios, no caso dos “Suezmax Modernos”, a taxa média de afretamento a um ano foi de cerca de 26.370 USD por dia, um crescimento de cerca de 56% em relação ao valor médio de 2021.

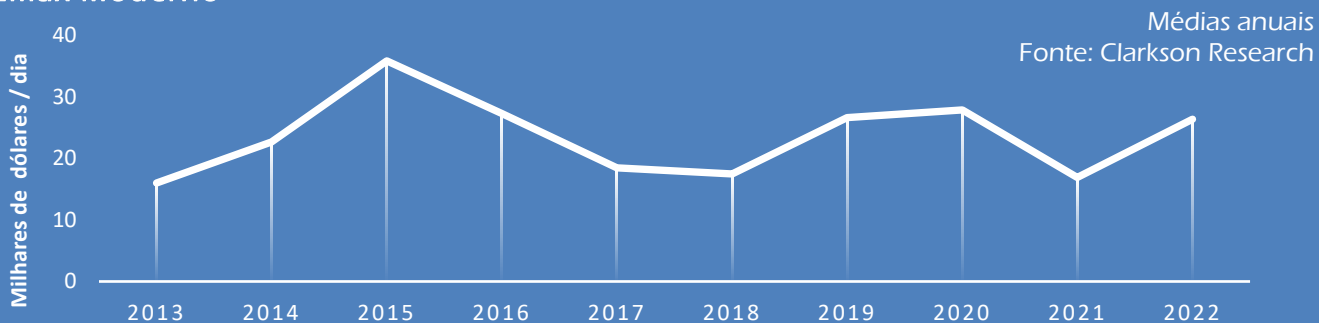
No caso da frota de granéis sólidos – com um crescimento da oferta de transporte de 2,8% e uma redução da procura de 2,2% –, onde as consequências da guerra na Ucrânia mais se fizeram sentir, resultado dos constrangimentos verificados no Mar Negro e das tensões inflacionistas que influenciaram negativamente o consumo e consequentemente a procura de transporte, as taxas de afretamento a um ano sofreram reduções significativas em todos os segmentos de mercado, tendo no caso dos “Capesize” atingido valores

médios de cerca de 21.400 USD por dia – uma redução de cerca de 20% em relação ao valor médio do ano de 2021.

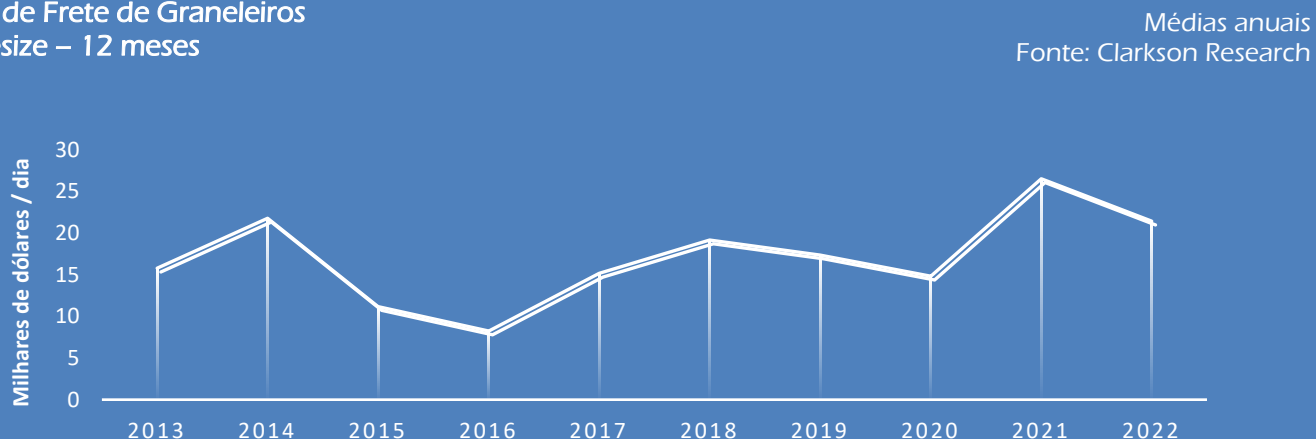
A frota de transporte de carga contentorizada, que iniciou o ano de 2022 ainda com a influência da actividade gerada pela procura pós COVID-19 iniciada no ano de 2021, atingiu durante o primeiro semestre valores recordes de taxas de frete. No segundo semestre, à medida que os congestionamentos nos portos foram sendo resolvidos e as consequências da crise que afecta a economia mundial se foram fazendo sentir, as taxas de frete foram reduzindo, tendo atingido no final do ano, valores cerca de 70% inferiores aos verificados no início do mesmo. Ainda assim, em termos médios anuais, as taxas de frete dos navios com capacidade de 6.800 TEU tiveram um crescimento de 43,3% em relação ao ano de 2021.



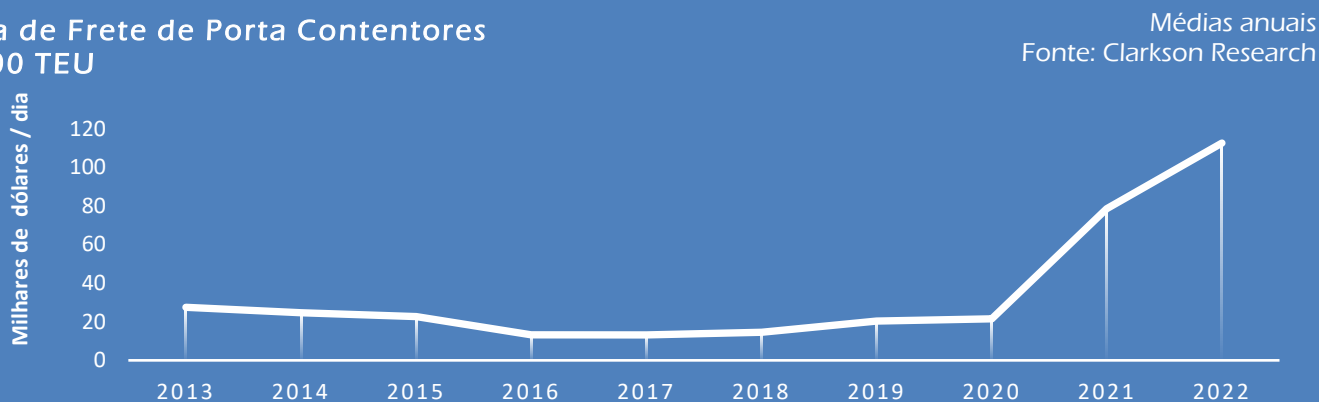
Taxa de Frete de Petroleiros Suezmax Moderno



Taxa de Frete de Graneleiros Capesize – 12 meses



Taxa de Frete de Porta Contentores 6,800 TEU



3 / ACTIVIDADE DE REPARAÇÃO / MANUTENÇÃO NAVAL

Procura

No início do ano de 2022, a pressão inflacionista, iniciada no final do ano de 2021 e resultante do regresso à normalidade no pós COVID-19, parecia ser temporária e a não exigir medidas drásticas no seu combate. Contudo, a invasão da Ucrânia pelas tropas da Federação Russa, ao gerar fortes perturbações nas cadeias de transporte, associada à política de sanções aplicadas por grande parte dos países da OCDE à Federação Russa, veio agravá-la, provocando uma redução do consumo e, conseqüentemente, do transporte marítimo mundial de bens não energéticos.

No sector dos bens energéticos, apesar do aumento do volume de transporte, as incertezas associadas à transição para energias menos poluentes também se fizeram sentir, com excepção do mercado do transporte de gás.

Assim, a encomenda de navios novos sofreu uma redução de cerca de 40% em termos de capacidade de transporte, em relação ao ano de 2021, apesar de os preços só terem sofrido uma ligeira subida de cerca de 7%, excepção feita aos navios de transporte de gás natural que registaram um aumento de novas encomendas de cerca de 140% também em termos de capacidade de transporte. Assim, a carteira de encomendas de novas construções em relação ao ano de 2021, reduziu cerca de 40% nos navios de transporte de granéis líquidos e cerca de 9% nos navios de transporte de granéis sólidos. No segmento de transporte de gás

natural, a carteira de encomendas cresceu cerca de 90%.

Dada a redução do número de estaleiros de novas construções, verificada nos últimos anos e associada à cada vez maior escassez de mão-de-obra especializada a nível mundial, estima-se que a capacidade de produção instalada esteja em plena carga nos próximos 3,5 anos.

No que ao mercado de segunda mão se refere, os preços evoluíram em relação directa com o transporte marítimo mundial. Assim, no mercado de transporte de granéis líquidos, os navios com cinco anos aumentaram de preço cerca de 35% e os de transporte de granéis sólidos com a mesma idade reduziram cerca de 10%.

As incertezas geradas pela guerra na Ucrânia, a duração do combate à pressão inflacionista, a entrada em vigor de mais normas de combate à poluição, tanto do ar como do mar, e o cumprimento das já existentes, tiveram repercussão positiva na procura da actividade de reparação e manutenção naval.

Assim, no ano de 2022, a procura de reparação naval para a LISNAVE, medida em número de consultas, cresceu 28% em relação ao ano de 2021, ano em que já havia crescido 6% em relação ao ano de 2020. Este crescimento foi mais significativo no mercado de transporte de granéis sólidos e no de transporte de gás, tendo o aumento sido de 121% e 67%, respectivamente, em relação ao ano de 2021. No segmento de mercado



do transporte de granéis líquidos, o aumento da procura foi de cerca de 17%, tendo no segmento dos navios porta-contentores havido um aumento da procura de cerca de 2%. A procura fora dos mercados tradicionais da LISNAVE, como sejam os navios de passageiros, transportadores de veículos, dragas, etc., manteve-se semelhante à verificada durante o ano de 2021.

Rubricas	2022	2021	2020	2019	2018
Consultas	670	564	539	459	430
Encomendas	103	93	76	82	85
Taxa de Sucesso Comercial (%)	15	16	14	18	20

As negociações destas consultas geraram 103 encomendas, cerca de 11% mais do que no ano de 2021, tendo a Taxa de Sucesso atingido o valor de 15,4%. Esta redução da Taxa de Sucesso é consequência da elevada taxa de ocupação do Estaleiro, que levou a que um número significativo de consultas tivesse de ser declinada, por falta de espaço em doca.

Actividade Desenvolvida

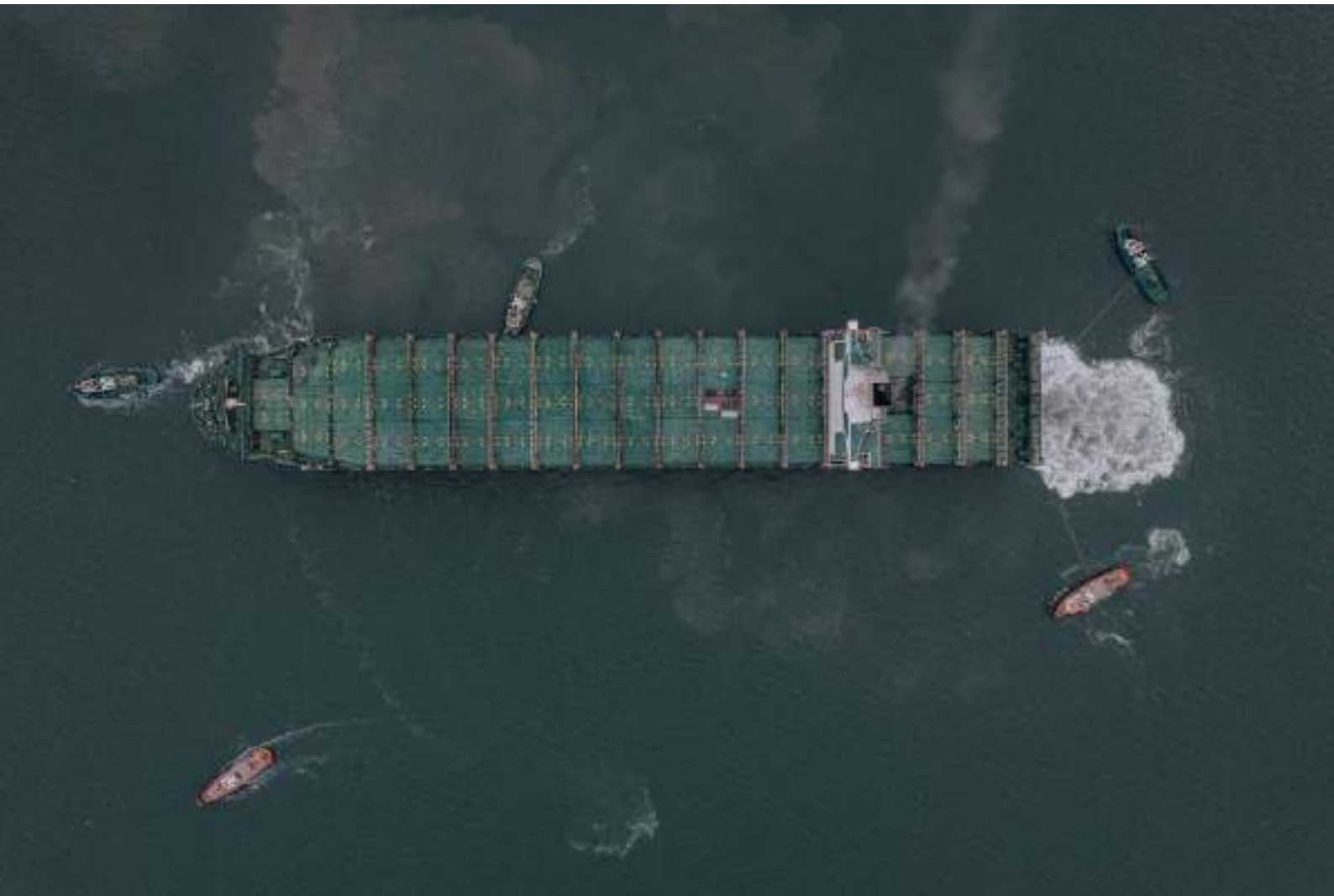
Durante o ano de 2022, terminaram a reparação/manutenção 90 navios, 83 dos quais em doca.

Como tem acontecido já desde o ano de 2018, no ano de 2022 a LISNAVE esteve muito activa na instalação de novos sistemas de tratamento de águas de lastro, tendo instalado trinta e seis destes sistemas, depois de no ano de 2021 ter instalado vinte e sete.

Os seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – representaram, em número de encomendas, cerca de 57% da actividade, sendo de realçar a continuação da penetração noutros segmentos de mercado, tais como navios transportadores de gás com 22% e navios porta-contentores com 10%. No segmento de mercado dos navios de transporte de granéis líquidos, é de salientar a actividade na reparação/manutenção de navios “*Shuttle Tankers*”, segmento onde a LISNAVE é líder a nível mundial, representando cerca de 12% da actividade total do ano de 2022, em número de navios. Dada a globalização do mercado da LISNAVE, os navios

reparados durante o ano de 2022 foram originários de 51 Clientes localizados em 23 países, sendo os mercados de maior significado, em termos de número de navios reparados, a Grécia com 17 navios, o Reino Unido com 15 navios, a Noruega com 11 navios e ainda Singapura com 8 navios.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2022	3	87	90	83
2021	1	79	80	77
2020	3	73	76	72
2019	2	70	72	68
2018	2	83	85	83





4 | INVESTIMENTOS / OUTROS

A LISNAVE, procurando dar continuidade à sua política de investimentos e renovação de infra-estruturas, com o objectivo de garantir a manutenção e melhoria contínua das condições de operacionalidade do Estaleiro, tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações de infra-estruturas e de equipamentos existentes, tendo aplicado no Exercício em análise, cerca de 1,27 milhões de euros. Nesta senda, salienta-se ainda que o montante acumulado de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascende, em valores nominais, a cerca de 40,2 milhões de euros, dos quais 30,1 milhões foram em novos investimentos e 10,1 milhões em grandes reparações realizadas em infra-estruturas e em equipamentos já existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de cerca de 2,63 milhões de euros com

grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos. De notar que, desde o ano de 2009, momento em que, de acordo com as alterações de normas contabilísticas, estes custos deixaram de ser capitalizados, o montante global suportado a este título ascende já a cerca de 20 milhões de euros.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar a instalação de carregadores para veículos eléctricos, a certificação de equipamentos oficinais, a instalação de linhas de vida, a instalação de varandins em inox nas escadas de acesso às Docas 20, a aquisição de novos equipamentos e ferramentas na área de produção – aqui e em particular, a aquisição de novos equipamentos para as infra-estruturas de suporte à reparação naval, nomeadamente iluminação volante, contentores de transporte e andaimes. Foi ainda concluída a construção da Central Solar Fotovoltaica (UPAC) de 1MW.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar as reparações dos arruamentos principais do Estaleiro, a recuperação de fachadas dos edifícios, a recuperação de pranchas e portalós, a reabilitação de bombas de drenagem da CBED, a reparação das comportas elevadas, a reabilitação e substituição de defensas nos Cais, Eclusa e plataforma do *Hydrolift*.

De referir, por outro lado, a existência de outros investimentos extraordinários tais como, a reabilitação dos caminhos de rolamento dos guindastes, a reabilitação de equipamentos da CBED, a conclusão da instalação da nova máquina de corte de plasma na Oficina de Caldeiraria Ligeira, os trabalhos de extensão de vida realizados nas Comportas das Plataformas 31, 32 e 33 do *Hydrolift*, a continuação da reabilitação estrutural dos vários guindastes, os trabalhos de reabilitação do pórtico de 500t, a continuação da reabilitação estrutural da central de bombagem entre docas e da reparação do betão nas lajes das Docas 21 e 22, a reabilitação das redes de fluidos, a instalação da nova rede eléctrica de alimentação de navios em 440V/60Hz de 1MW de potência para as Docas 20 e 21 (Fase II), tendo sido investidos no exercício cerca de 4,74 milhões de euros. Estes investimentos, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE - INFRAESTRUTURAS NAVAIS, S.A., acrescem aos investimentos efectuados em Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20, Ponte Cais 3, na reabilitação eléctrica do Estaleiro (Fase I), na impermeabilização das juntas da Eclusa do *Hydrolift* e na reparação das válvulas de enchimento e esgoto do

Hydrolift, totalizando desde 2008, cerca de 36,41 milhões de euros.

Para 2023, prevê-se a continuação dos projectos anteriormente indicados, para além de outros respeitantes a políticas de eficiência energética, em coordenação estreita com a Concessionária, assim como o reforço do investimento na área produtiva.

Protecção Ambiental

A LISNAVE, seguindo os princípios expressos na sua política ambiental, manteve durante o ano de 2022 a preocupação com a preservação e protecção do ambiente, em todos os domínios da sua intervenção.

A manutenção e reparação naval são elementos importantes na modernização dos navios. A LISNAVE, ao instalar equipamentos que permitam cumprir com os novos requisitos e regulamentações marítimas internacionais, participa activamente na protecção ecológica dos mares e oceanos e das espécies marinhas que neles vivem.

Ao nível das energias alternativas, e aproveitando o número de horas de Sol, a LISNAVE tem apostado na produção de energia eléctrica através de painéis fotovoltaicos, mas também aquecimento de águas quentes sanitárias, com recurso a painéis termosolares, contribuindo assim para a redução da sua pegada carbónica.

Procurando assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, destaca-se, em matéria de recursos hídricos, a eficiência das estações de tratamento de águas residuais, que autonomamente permitem o tratamento de quase todos os efluentes gerados na instalação,

incluindo os provenientes dos trabalhos realizados em doca.

Em 2022, no que se refere ao processamento e encaminhamento de resíduos gerados, seguindo a perspectiva da economia circular, cerca de 90 % teve como destino a reciclagem ou valorização. Enumeram-se alguns exemplos como a granalha batida, proveniente dos processos de decapagem, e os resíduos de papel, cartão, vidro e madeira produzidos de forma generalizada. No primeiro caso, o resíduo é encaminhado para a indústria cimenteira, como aditivo em ferro, para o fabrico de cimento, sendo que, praticamente todas as unidades desta indústria existentes em território nacional são abastecidas com este material.

Nos restantes casos, os resíduos são integrados nas fileiras de resíduos existentes a nível nacional. Também em 2022 e procurando dessa forma alertar a população do Estaleiro para a questão das alterações climáticas, foi plantada uma Ilha de Biodiversidade, seguindo o método do botânico japonês Miyawaki, com 150 árvores, 23 espécies autóctones, 50 m². Uma micro-floresta em zona industrial, um contributo para a promoção da biodiversidade.

A Empresa mantém a aposta segura e crescente na consciencialização da população do Estaleiro para a percepção do património natural a proteger, procurando contribuir dessa forma para a defesa de um bem comum maior, a sustentabilidade. Neste âmbito, envolveu os Trabalhadores, que voluntariamente cederam a sua imagem à causa, figurando nas fotografias de uma campanha de sensibilização ambiental.

Tecnologias de Informação

Durante o ano de 2022, a LISNAVE, no âmbito da sua estratégia de IT e com o objectivo de continuar a melhorar a sua capacidade de fazer face aos desafios actuais e futuros, nomeadamente nas vertentes da segurança da informação e protecção de dados, decidiu proceder à migração do sistema SAP alojado no *Datacenter* IBM para uma solução *Cloud*. Neste contexto, também o sistema GRC foi migrado para SAP ERP.

Vários projectos foram desenvolvidos durante o Exercício, com especial destaque para a revisão da solução associada ao processo de Avaliação de Desempenho, com o objectivo de o tornar mais claro e descentralizado e onde, entre outras alterações, as “Chefias Directas” passaram a ser os primeiros avaliadores.

Como vem sendo habitual, e de acordo com o procedimento seguido em anos anteriores, foi realizado um teste do plano de recuperação dos sistemas instalados na Mitrena, tendo sido validadas, com sucesso, as várias redundâncias dos sistemas locais, com tempos de recuperação (RTO) inferiores a 20 segundos.

Por outro lado, procurando prosseguir com a Política de Segurança das Tecnologias de Informação da LISNAVE e das outras Empresas do Grupo NAVI-VESEL, foram promovidas diversas acções, nomeadamente a preparação de ambientes *Microsoft* para autenticação com MFA, a actualização da plataforma de *Firewall (Checkpoint)*, upgrade cliente (*Checkpoint Endpoint –Sandblast*) nos ambientes VDI e *End User*, a implementação de novas tecnologias de rede Wireless (HPE Aruba), a

actualização *firmware* dos *hosts* de *VMware* de DR e Produção, dos *Switchs* de rede e *Symantec Brightmail* para as versões mais recentes, recomendadas pelos fabricantes e ainda a instalação e configuração de *Identity Collector*, com ganhos relevantes ao nível da protecção e salvaguarda dos dados e dos sistemas, condição necessária e indispensável para o desenvolvimento da actividade da Empresa e do seu negócio.

Relativamente aos sistemas de *Hardware*, foram também desenvolvidas várias acções de melhoria, nomeadamente a evolução das plataformas de divulgação da informação e evolução dos processos de acolhimento de Segurança e Ambiente, com a aquisição de Quiosques interactivos, a preparação de 3 salas de reuniões com tecnologia para projecção, bem como a expansão da cobertura da rede *wireless* nos edifícios RMC, *Offshore*, Conjunto C1 e Salas do Centro de Formação.

Por outro lado, e dando continuidade ao processo de actualização tecnológica iniciado em 2020, procedeu-se à instalação do *Windows 10* e *Microsoft 365*, em mais 80 postos de trabalho.

No seguimento da estratégia referida e com o objectivo de continuar a dar resposta às exigências crescentes de autonomia e mobilidade, a LISNAVE prosseguiu ainda com o processo de transição de *Desktops* para *Laptops*.

Qualidade/Outras Certificações

A LISNAVE assume, como uma das suas principais prioridades, a Qualidade enquanto factor de sucesso, fazendo por manter a eficácia e a sustentabilidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Visando assegurar um nível de confiança elevado com os seus Clientes e demais interlocutores considerados partes interessadas, a LISNAVE desde sempre que mantém como foco primordial, a execução e realização de trabalhos com um propósito estrito de criação de valor acrescentado a um serviço que se exige ser de excelência, procurando dessa forma obter uma liderança de referência no seu segmento de mercado.

Em 2022, a LISNAVE com a renovação da sua certificação ISO 9001:2015, privilegiou uma vez mais a Qualidade, como factor de crescimento e competitividade sustentada. Como tal, trata-se de uma organização que encontra na Gestão da Qualidade uma ferramenta fulcral para ultrapassar os desafios e riscos com que, diária e progressivamente, se vai deparando, enfrentando e ultrapassando, procurando sempre contribuir para a concretização da satisfação dos seus Clientes.

Neste sentido, a LISNAVE assegurou também, em 2022, o cumprimento dos requisitos necessários e impostos pela NP EN ISO/IEC 17025:2018, mantendo, assim, a acreditação do seu Laboratório de Calibrações.

De igual modo, manteve também o certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias.

No âmbito do Regulamento Geral de Protecção de Dados, a LISNAVE assegurou continuamente o compromisso no cumprimento das obrigações a que se encontra adstrita no que respeita aos direitos dos Trabalhadores e à privacidade e protecção dos seus dados pessoais, assim como diligenciou também pela constante actualização

de documentos internos orientadores dos diferentes valores pelos quais a organização se rege, como seja o Código de Conduta, o qual define as normas aplicadas em matéria de ética profissional.

5/ RECURSOS HUMANOS

Como tem vindo a ser reafirmado ao longo dos últimos anos, a LISNAVE, dada a indispensabilidade de assegurar a sua sobrevivência e sustentabilidade futuras, decidiu, oportunamente, proceder ao Rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização de alguns aspectos do Contrato de Trabalho.

Neste sentido, e dada a sistemática rejeição, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, das várias propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas, a LISNAVE deliberou redireccionar a sua estratégia tendo, para o efeito, desenvolvido um extenso Programa de Recrutamento e Formação de Jovens, com o objectivo de lhes proporcionar a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e assim dar início ao inevitável processo de rejuvenescimento do seu efectivo.

No âmbito da referida Política de Rejuvenescimento iniciada em 2006, e tendo como objectivo a selecção de jovens com o perfil adequado ao sector de actividade, a LISNAVE promoveu, até ao ano de 2022, a realização de vários Cursos de Formação nas áreas com maior necessidade de recursos humanos na Empresa, envolvendo mais de 560 formandos.

Por outro lado, a LISNAVE iniciou, igualmente no passado e com a colaboração da accionista NAVIVESSEL, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades vigentes, a Empresa contratante de todos os futuros Trabalhadores.

Esta empresa, LISNAVEYARDS – NAVAL SERVICES, LDA., que se encontra em prestação de serviços à LISNAVE desde Fevereiro de 2009, contava, em 31 de Dezembro de 2022, com um efectivo de 304 Trabalhadores das diferentes profissões relacionadas com a actividade, 141 dos quais, Trabalhadores Directos, tendo procedido, no decurso do Exercício, à contratação de 57 novos Trabalhadores, de entre os quais 43 Directos, 4 Técnicos, 5 Especialistas e 1 Gestor.

Encargos com Remunerações

Antecedendo a apresentação dos indicadores mais relevantes, é importante referir que, na sequência da oportuna aprovação da proposta do Conselho de Administração, relativa à participação nos resultados alcançados, foi atribuída a todos os Trabalhadores uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa da Remuneração Fixa



Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente da Avaliação de Desempenho, correspondendo a um máximo de 100% e agregadamente a uma gratificação total de 542 mil euros.

O montante global dos Encargos com Pessoal cifrou-se em 8,7 milhões de euros, tal como discriminado no quadro seguinte.

Encargos com Pessoal

RUBRICAS	2022	2021
Remunerações, incluindo Gratificação de Balanço	5.782.003	5.436.348
Trabalho Suplementar	443.075	470.192
Prémios, Subsídios e Outras Remunerações	361.536	359.032
SUBTOTAL	6.586.614	6.265.572
Encargos Sociais	2.082.820	2.098.311
TOTAL	8.669.434	8.363.883

(Valores em euros)

O aumento na rubrica “Remunerações” é resultante, fundamentalmente, da constituição de uma previsão para Gratificação de Balanço.

Relativamente à rubrica “Trabalho Suplementar”, a sua redução está relacionada com a saída de trabalhadores, acrescido o facto de a percentagem de trabalhadores propensos à realização de trabalho suplementar ser cada vez menor.

O aumento verificado na rubrica “Prémios, Subsídios e Outras Remunerações” está essencialmente relacionado com a componente “Outras

Remunerações”, resultante da redução do efectivo já referida.

Por outro lado, e no que respeita aos “Encargos Sociais”, a sua redução ficou a dever-se, fundamentalmente, a questões relacionadas com a rubrica “Seguros” e “Acção Social”.

Ainda relacionado com este tema, de referir que foi celebrado um Acordo com os Representantes dos Trabalhadores, no âmbito do qual foi acordado um aumento salarial global de 3,2%.

Formação e Desenvolvimento

Durante o ano 2022, a Empresa manteve a sua preocupação com a formação profissional dos seus Trabalhadores, tendo promovido, com alguma parcimónia e cautela face ao recente contexto pandémico, a realização de 54 acções de Formação Profissional consideradas como prioritárias, envolvendo 391 participantes e contemplando aspectos fundamentais para o bom desempenho da actividade, quer pela sua componente técnica, quer pela formação e sensibilização para as áreas da Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção.

De salientar, ainda, que apesar das limitações já referidas, cerca de 45% do número de horas de Formação realizadas foram dedicadas às importantes áreas de Qualificação/ Reciclagem/ Técnicas de Produção.

Durante o Exercício e no âmbito do Plano Anual de Formação, foram promovidas diferentes acções num volume de formação total de 5.990,5 horas em diversas áreas de conhecimento.

Formação Profissional | 2022

ÁREA DE FORMAÇÃO	HORAS DE FORMAÇÃO	Nº DE FORMANDOS
Desenvolvimento Pessoal	1.351,5	62
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	69	6
Hardware e Software	20,5	5
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	1.869,5	158
Qualificação/ Reciclagem/ Técnicas de Produção	2.680	160
TOTAL	5.990,5	391

Formação de Jovens

Relativamente ao Plano de Rejuvenescimento que a LISNAVE tem vindo a desenvolver desde 2006, foram realizadas no Exercício 2 acções de Formação de Jovens, num total de 8.378 horas de formação em que participaram 24 formandos.

Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento de Quadros

No seguimento da Formação de Jovens já referida e no âmbito de um plano de identificação de necessidades de novos recursos, particularmente nas classes funcionais de Chefia e Preparação, foram realizados diversos processos de Formação *on Job*, no âmbito dos quais os Trabalhadores estiveram em aprendizagem de uma nova função e acompanhados por um Tutor e que, em 2022, resultaram em 18 casos de mudança de função, 12 dos quais, para funções de Chefia ou Preparação.

Quadros

Para além da Formação e Recrutamento já referidos, a LISNAVE prosseguiu com a implementação do Plano Estratégico de Sucessão e Rejuvenescimento de Quadros, atendendo às condições favoráveis existentes para o ingresso em situação de reforma dos Quadros mais antigos, procedendo, para o efeito, ao recrutamento interno e mobilização de um total de 5 Engenheiros.

Segurança e Saúde no Trabalho

A LISNAVE manteve, no decurso do Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos Trabalhadores. Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 607 exames, dos quais 435 da LISNAVEYARDS e 172 da LISNAVE, subdivididos em 49 exames de admissão, 233 periódicos e 325 ocasionais.

Em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, para além do cumprimento da legislação e regulamentação vigente, a LISNAVE iniciou os procedimentos necessários com vista à implementação do Sistema de Gestão SST de acordo com a Norma ISO 45001.

Indicadores

No ano de 2022, o número de acidentes manteve-se em relação ao ano anterior, sendo que em 2021 se tinha procedido à alteração do procedimento de Participação de Acidentes, passando a contabilizar acidentes que antes não eram considerados.

Também neste Exercício e no seguimento do que aconteceu no ano anterior, a LISNAVE não registou,

no conjunto dos seus Trabalhadores, acidentes de gravidade elevada.

No que respeita à sinistralidade e de acordo com a fórmula de cálculo definida pela Organização Internacional do Trabalho, o ano de 2022 apresentou um Índice de Frequência de 30,06 e um índice de Gravidade de 2052,82, verificando-se assim um agravamento em ambos os indicadores em relação aos valores registados no ano anterior, relacionado com a redução do número de horas trabalhadas e com o aumento do número de dias perdidos, respectivamente.

Promoção da Segurança e Saúde Ocupacional

Prosseguindo com o objectivo de potenciar a melhoria contínua dos referidos índices de sinistralidade, a LISNAVE promoveu a realização de mais um conjunto de acções de formação de segurança, de entre as quais e pela sua pertinência se destacaram, nomeadamente, as seguintes: “Responsabilidade Civil e Criminal por Incumprimento das Regras de Segurança”, “Formação Profissional de Segurança na Montagem e Desmontagem de Andaimos e nos Trabalhos em Altura”, “Formação Profissional na Inspeção e Aprovação de Andaime Multidireccional” e “Riscos nas Operações de Máquinas e Equipamentos”.

Por outro lado, manteve a forte aposta na informação e sensibilização dos diversos intervenientes em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, tendo abrangido em 2022, um total de 5.222 pessoas, incluindo igualmente o acolhimento e refrescamento de 4.232 Trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços.

Com vista à promoção e divulgação da Segurança e Saúde no Trabalho, foi também ministrada informação numa vertente mais direccionada para situações específicas a 990 pessoas, nomeadamente a pessoas envolvidas em incidentes ou trabalhos de elevado risco de segurança, assim como, numa vertente mais abrangente, foram retomadas as acções de sensibilização relacionadas com as áreas da “Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas”, promovidas pelos diversos sectores produtivos da Empresa, dirigidas a Trabalhadores da LISNAVE e responsáveis das Empresas Prestadoras de Serviços.



Para além da informação e formação referidas anteriormente, são de destacar, ainda, a distribuição de informações e regras básicas de segurança às pessoas que diariamente entram nas instalações da Empresa e que não requerem acolhimento de segurança, como sejam vendedores, técnicos externos e outras visitas, o que, em 2022, totalizou 5.990 divulgações. No âmbito desta mesma política, mas com especial incidência na área da saúde, a LISNAVE promoveu a habitual campanha de

vacinação contra a gripe sazonal, à qual aderiram 40 Trabalhadores.

Plano de Emergência Interno (PEI) - Exercícios de Emergência

No âmbito do Plano de Emergência Interno e com o objectivo de testar a capacidade de resposta das nossas equipas de emergência, intervenção, primeiros socorros e evacuação, bem como a comunicação interna bidireccional entre o teatro de operações e os responsáveis pelo PEI, foram realizados exercícios de emergência à escala real – simulacros, nomeadamente nos navios e instalações fixas no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE). Ainda neste contexto, foi também efectuada a inspecção regular da ANEPC, com parecer favorável no que se refere à implementação de Medidas de Autoprotecção no Estaleiro da Mitrena.



Campanhas de Segurança

Para além das iniciativas já referidas e tendo como objectivo a prevenção dos riscos profissionais e, sobretudo, continuar a promover uma maior e mais forte Cultura de Segurança de todos os Trabalhadores que desempenham a sua actividade no

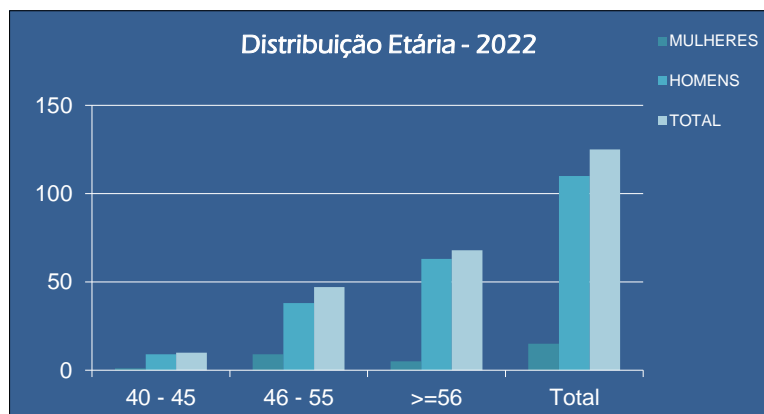
Estaleiro, foram realizadas Campanhas de Segurança mais específicas, tais como “O Napo na LISNAVE” e “Respeite o Lock-Out/ Tag-Out”.



Outros Indicadores

O índice de absentismo em 2022 manteve-se em linha com o valor registado no ano anterior.

Comparativamente aos Indicadores de Pessoal no final de 2021, a LISNAVE viu o seu efectivo reduzido em 15 Trabalhadores, a grande maioria dos quais e nos termos da lei, por ingresso na situação de reforma por velhice.



Em 31 de Dezembro de 2022, o efectivo total da LISNAVE era de 125 Trabalhadores com uma média de idades de 56,5 anos.

6/ SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Como referido anteriormente, a LISNAVE reparou, no Exercício de 2022, um total de 90 navios, a que correspondeu uma facturação total de 110,4 milhões de euros.

Analisando o quadro seguinte, é possível verificar que o valor da facturação total registou um crescimento de 21,8% quando comparado com o ano anterior, tendo sido acompanhado por um aumento de 12,5% no que respeita ao número de navios reparados.

Número de Navios e Facturação

RUBRICAS	2022	2021	2020	2019	2018
Nº Navios Reparados	90	80	76	72	85
Facturação Navios	110,4	90,6	87,0	62,2	80,7
Facturação Média por Navio	1,226	1,133	1,145	0,864	0,949

(Valores em milhares de euros)

A facturação média por navio, de 1,226 mil euros, reflecte um acréscimo de 8,3% quando comparada com o período homólogo, associado ao aumento do conteúdo dos trabalhos solicitados por navio nas chamadas reparações de rotina.

O valor dos descontos concedidos aos Clientes, embora tenha sofrido uma redução, registou, ainda assim, um valor significativo, consequência

do mercado extremamente competitivo em que a LISNAVE desenvolve a sua actividade.

O número de navios reparados no Exercício, para além do aumento relativamente ao ano anterior, quando comparado com a média de 76 navios, verificada no triénio de 2019/2021, registou uma subida de 18,4%.

Este resultado está directamente relacionado com a evolução da procura, medida em número de consultas recebidas, que foi superior à verificada no Exercício anterior em 28,1%, e com uma estratégia comercial mais agressiva.

Importa por outro lado referir a evolução cambial do Dólar dos EUA (USD), que durante o Exercício de 2022 e continuando a tendência do último ano, registou uma valorização face ao Euro de cerca de 4,4%, essencialmente a partir do 1º semestre.

Atendendo ao facto de os principais Clientes da LISNAVE ainda utilizarem o USD nas suas transacções comerciais, esta valorização representou um factor facilitador para as vendas da LISNAVE.



O quadro seguinte apresenta a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviço:

Vendas e Prestações de Serviços

RUBRICAS	2022	2021	2020	2019	2018
Reparações Navais	110 370	90 618	86 995	62 189	80 657
Rédito dos Navios em Curso	1 268	943	2 823	2 537	-970
Outras Actividades	5 460	4 951	3 339	5 705	2 817
Prestações de Serviços	1 837	628	1 062	856	812
TOTAL	118 935	97 139	94 219	71 288	83 315

(Valores em milhares de euros)

O valor somado das rubricas “Reparações Navais” e “Rédito dos Navios em Curso” representou 93,9% do valor total das “Vendas e Prestações de Serviços”, tendo as rubricas “Outras Actividades” e “Prestações de Serviços” registado, no seu conjunto, um valor de 7,3 milhões de euros.

De salientar que o montante da rubrica “Outras Actividades” registou um acréscimo de 10,3% quando

comparado com o ano anterior, resultante do aumento das Vendas de “Outros Serviços” e da Venda de Serviços à Empresa LISNAVE - INFRAESTRUTURAS NAVAIS, S.A., detentora do Contracto de Concessão do Estaleiro da Mitrena, relacionados com o Plano de Investimentos de Reabilitação do Estaleiro.

De referir que o acréscimo de 192,7% verificado na rubrica “Prestações de Serviços”, está relacionado com o maior volume de sucata vendida durante o



ano de 2022, quando comparado com o exercício anterior.

Relativamente à evolução da situação económica da Empresa, o quadro seguinte apresenta as

Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2022/2018, onde é possível verificar, por um lado, a evolução da rentabilidade das vendas e, por outro, a evolução do peso relativo dos factores produtivos, no total de rendimentos de exploração.

Demonstração de Resultados

	2022		2021		2020		2019		2018	
RUBRICAS	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	118 935		97 139		94 219		71 288		83 315	
Trabalhos para a própria empresa	0		3		7		2		1	
Outros rendimentos e ganhos	1 815		1 440		1 582		1 247		1 005	
Total rendimentos de exploração	120 750	100	98 581	100	95 807	100	72 538	100	84 320	100
Custos das mat. primas consumidas	8 829	7,3	7 119	7,2	5 264	5,5	4 461	6,2	5 540	6,6
Fornecimentos e serviços externos	90 567	75,0	75 116	76,2	70 364	73,4	59 641	82,2	65 746	78,0
Gastos com o pessoal	8 669	7,2	8 364	8,5	9 586	10,0	9 353	12,9	11 412	13,5
Depreciações, Imparidade e Provisões	2 126	1,8	1 165	1,2	2 017	2,1	674	0,9	-5 989	-7,1
Justo valor	137	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Impostos	24	0,0	31	0,0	22	0,0	22	0,0	22	0,0
Outros gastos e perdas	449	0,4	474	0,5	485	0,5	456	0,6	784	0,9
Total de gastos de exploração	110 802	91,8	92 270	93,6	87 738	91,6	74 608	102,9	77 515	91,9
Resultados operacionais	9 948	8,2	6 311	6,4	8 069	8,4	-2 070	-2,9	6 805	8,1
Resultados de financiamento	-9	0,0	-8	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Resultados antes de impostos	9 939	8,2	6 303	6,4	8 069	8,4	-2 070	-2,9	6 805	8,1
Impostos sobre rend. período (-)	-2 864	-2,4	-1 726	-1,8	-2 258	-2,4	113	0,2	-2 192	-2,6
Resultado líquido do período	7 075	5,9	4 577	4,6	5 811	6,1	-1 957	-2,7	4 613	5,5

(Valores em milhares de euros)

Analisando de forma breve a Demonstração de Resultados, é possível constatar que no Exercício de 2022, o desempenho económico da Empresa melhorou significativamente em relação ao Exercício anterior, ao alcançar um “Resultado Líquido” de 7,1 milhões de euros, o melhor dos últimos 6 anos.

Analisando a informação em maior detalhe, constata-se ainda que os “Resultados Operacionais do Exercício” estão influenciados pelo significativo aumento do valor das vendas e pela manutenção das Margens Brutas dos Projectos.

O resultado está ainda influenciado pela avaliação, efectuada durante o ano de 2022, à propriedade de investimento de que a empresa é titular, que originou uma perda por imparidade de 667,1 mil euros.

A LISNAVE continua a apresentar um valor de “Resultados de Financiamento”, associado ao facto de, atenta a situação pandémica, ter recorrido à Linha de Apoio à Economia Covid-19 para Empresas Exportadoras da Indústria e do Turismo.

De referir ainda, que na sequência da decisão da Gestão, tomada no final de 2003, os riscos cambiais,

relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados, dado que a Empresa passou a facturar aos Clientes em euros. Deste modo, as diferenças cambiais verificadas no Exercício de 2022 registaram valores materialmente irrelevantes.

Complementarmente à análise da evolução económica da Empresa para o período de 2018 a 2022, o mapa seguinte apresenta o conjunto dos Indicadores e Rácios Económicos mais importantes.

Agregados Económicos

RUBRICAS	2022	2021	2020	2019	2018
Agregados globais					
Valor bruto da produção (VBP)	118 935	97 141	94 226	71 291	83 316
Valor acrescentado bruto (VAB)	22 821	17 371	21 525	8 330	13 302
Encargos com pessoal	8 669	8 364	9 586	9 353	11 412
Cash flow operacional	12 074	7 476	10 087	-1 395	816
Número médio de colaboradores	132	143	159	188	229
Rácios					
Valor bruto da produção per capita	901,0	679,3	592,6	379,2	363,8
Encargos com pessoal per capita	65,7	58,5	60,3	49,8	49,8
VAB / VBP	19%	18%	23%	12%	16%
Encargos com pessoal / VAB	38%	48%	45%	112%	86%

(Valores em milhares de euros)

Da sua análise é possível concluir que, no Exercício de 2022, os Agregados Globais e Rácios apresentaram uma evolução positiva quando comparados com os do Exercício anterior.

Assim, os agregados “Valor Bruto da Produção (VBP)”, “Valor Acrescentado Bruto (VAB)” e “Cash Flow Operacional”, apresentam uma evolução positiva, como resultado do já referido aumento das vendas e da manutenção da Margem Bruta dos Projectos.

Não obstante as referidas variações, a Empresa manteve uma situação de sustentabilidade económica, que permitiu, apesar do ano extremamente difícil em termos mundiais, continuar a operar e a obter resultados positivos, num mercado caracterizado

por uma forte concorrência e grande imprevisibilidade.

A evolução da “Situação Líquida”, para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte:

Situação Líquida

RUBRICAS	2022	2021	2020	2019	2018
Capital Social	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
Prestações suplementares de capital	0	0	0	0	0
Reserva legal e resultados transitados	29 481	27 903	26 092	28 049	23 436
Resultado líquido do Exercício	7 075	4 577	5 811	-1 957	4 613
Total da Situação Líquida	41 556	37 481	36 903	31 092	33 049

(Valores em milhares de euros)

A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2022, apresentava um valor de 41,6 milhões de euros. O valor contabilístico por acção, no fim do Exercício, era de 41,56 euros, representando uma valorização de 731,1% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais rubricas do Balanço em 31 de Dezembro de 2022, para os últimos cinco Exercícios, que constam do quadro seguinte, é possível analisar a evolução da estrutura financeira da Empresa.



Balanças Sintéticas Comparados

RUBRICAS	2022	2021	2020	2019	2018
Activo					
Activo não corrente	16 699	9 663	9 744	10 108	10 070
Inventários	2 183	1 923	1 947	1 988	1 962
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	9 585	14 996	20 220	20 417	16 955
Outras contas a receber	19 121	9 990	7 583	4 977	6 885
Ouros Activos Financeiros	5 003	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	23 322	29 459	29 397	19 242	26 798
Diferimentos	513	537	262	222	195
Total do Activo	76 425	66 569	69 154	56 953	62 864
Passivo					
Provisões	98	75	141	340	771
Outras contas a pagar não corrente	101	48	2	19	25
Financiamentos obtidos não correntes	367	470	0	0	0
Financiamentos obtidos	113	94	0	0	0
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	23 959	21 604	21 504	18 907	20 156
Outras contas a pagar	10 231	6 797	10 604	6 595	8 864
Diferimentos	0	0	0	0	0
Total do Passivo	34 869	29 088	32 251	25 861	29 816
Situação Líquida	41 556	37 481	36 903	31 092	33 049

(Valores em milhares de euros)

Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira no final do Exercício em apreço, foram analisados alguns indicadores que ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa, conforme se segue:

Liquidez

Um Fundo de Maneio na ordem dos 25,42 milhões de euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida com valores de 1,74 e 1,68, respectivamente, embora inferiores aos registados

no Exercício anterior, permitem afirmar que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a denotar boa solidez.

Os factores associados a esta situação, consubstanciam-se no nível de “Cash Flow” gerado e no valor das Disponibilidades em Caixa e Bancos, que no final do Exercício era de 23,3 milhões de euros.

De referir que, durante o Exercício económico corrente, a Empresa realizou aplicações financeiras no montante de 11 milhões de euros, que

ajustadas ao valor da cotação à data de 31 de Dezembro resultou uma perda de 137,3 mil euros.

Estrutura Financeira

Um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 2,49 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 119,2% e 54,4%, respectivamente, permitem concluir que a estrutura financeira do Balanço continua num nível confortável e adequado ao “*core business*” da Empresa, cuja actividade se desenvolve num mercado

altamente competitivo e caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2022, a LISNAVE não detinha acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.



7/ PERSPECTIVAS DA ACTIVIDADE PARA 2023

2022 foi um ano atípico para o *Shipping*, para a Reparação Naval e, conseqüentemente, para a LISNAVE. No mercado do transporte marítimo de carga contentorizada, os fretes atingiram valores *record* e os Operadores dos navios porta-contentores, em especial os de grande porte, obtiveram lucros excepcionais. Como exemplo, uma nossa Cliente regular registou o seu maior lucro de sempre, atingindo os 30,9 mil milhões de USD. No final do ano, este segmento voltou à “normalidade”, enquanto o segmento de transporte de granéis líquidos continuou a beneficiar do aumento dos valores dos fretes.

Sendo o ano de 2023 um ano incerto dadas as dúvidas que se perfilam no horizonte de curto prazo – guerra na Ucrânia, pressões inflacionistas, crise energética, calamidades naturais, crise logística, crise de recursos humanos, etc. – ainda assim, estimam as Nações Unidas que a economia mundial irá crescer cerca de 1,9%, depois do crescimento de 3,0% estimado para 2022. É esperado que o transporte marítimo mundial cresça 1,4% em volume e 2,6% em tonelada x milha durante o ano de 2023, o que, a verificar-se, irá ter repercussões positivas na actividade das frotas e, conseqüentemente, na actividade dos Estaleiros de Reparação Naval.

Com o mercado a retomar a boa saúde financeira e com o, ainda, baixo interesse dos Armadores em reparar os seus navios na China devido ao rígido regime Covid em vigor neste país e o conseqüente risco de bloqueios dos navios nos estaleiros, a reparação naval na Europa continua com elevada procura. Este incomum cenário da reparação

naval, de elevada procura e escassez na oferta dos estaleiros da Europa Ocidental, tem motivado os Armadores a reservar espaços em doca com uma grande antecedência, ficando assim definida uma grande parte da actividade de reparação naval para 2023.

Complementando este cenário, perante as fortes pressões para a descarbonização do sector do transporte marítimo e para o cumprimento das metas nas emissões, muitos são os Armadores que já têm bem definidas as medidas a serem implementadas nos seus navios para cumprirem com os recentes regulamentos internacionais, no que respeita a Eficiência Energética e Intensidade de Carbono, tendo, portanto, já definidos os projectos *retrofit* para os seus navios que têm a docagem planeada para 2023.

Reunidos todos estes factores, a LISNAVE inicia a sua actividade em 2023 de forma inédita, com as docas 21 e 22 reservadas até ao início do 4º trimestre, com uma carteira de 30 encomendas, 5 das quais correspondendo a grandes reparações, que incluem o *upgrade* dos navios com a fabricação e substituição do bolbo de proa e 7 das quais com *retrofit* da instalação do “*Alternate Marine Power*” (AMP) ou “*Cold Ironing*”, que se trata da instalação de um sistema de alimentação de energia eléctrica para funcionar quando o navio está em porto, evitando o funcionamento desnecessário dos geradores diesel e ajudando, conseqüentemente, a reduzir as emissões do navio.

Quanto a instalações de sistemas de tratamento de águas de lastro (BWTS), o início da curva descendente, que se previa para meados de 2022, não se verificou, prevendo-se agora que surja na

segunda metade de 2023. Desta forma, prevê-se que o número de instalações em 2023 reduza ligeiramente, em comparação com 2022 e que diminua de forma mais acentuada em 2024, até que termine em 2025. Em resumo, as perspectivas para uma significativa parte do ano de 2023 são sustentadas com uma inédita carteira de encomendas. No entanto, com o aliviar das restrições à circulação de pessoas no Extremo Oriente, muitos serão os Armadores que, no decorrer do ano, voltarão a preferir os estaleiros da China, reduzindo a

procura nos estaleiros da Europa, principalmente nos estaleiros do Ocidente europeu.

Recursos Humanos

O Conselho de Administração, no ano de 2023, pretende prosseguir com a sua Política de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, através da cooperação estabelecida com a LISNAVEYARDS, por forma a continuar a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector de actividade em Portugal.



Com este objectivo, a LISNAVE pretende continuar a colaboração com a LISNAVEYARDS, procurando que esta assuma, em função da dimensão do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Procurando prosseguir com o Plano de Rejuvenescimento que a Empresa tem vindo a desenvolver desde 2006 e, ao mesmo tempo compensar os cursos entretanto adiados em 2020 e 2021, a LISNAVE tenciona promover a realização de três novos cursos de formação de jovens, nas áreas de Serralharia Naval e Mecânica, o recrutamento e formação de 20 novos Trabalhadores Directos e Indirectos, 5 Técnicos, bem como a contratação de 20 novos Quadros, 15 dos quais Engenheiros.

Para além da Formação de Jovens, a LISNAVE prosseguirá com a formação dos seus Trabalhadores, tendo sido, para o efeito, aprovado o Plano Anual de Formação para 2023, no âmbito do qual se estima a realização de 96 acções de formação, envolvendo cerca de 697 formandos, num total de 18.799 horas de formação. Por outro lado, a LISNAVE continuará a promover a formação de novas chefias, quer internamente, quer recorrendo a parceiros externos, bem como as medidas consideradas necessárias tendo em vista prosseguir com a concretização do Plano Estratégico de Recursos Humanos definido pela Empresa.

8/ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o nível de desempenho alcançado no Exercício de 2022, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço a todos os Trabalhadores.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

1. Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

2. Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de €7.074.968,39 (sete milhões, setenta e quatro mil e novecentos e sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

- Dividendos..... 5.000.000,00 euros;
- Resultados Transitados 2.074.968,39 euros.

9/ REFERÊNCIAS FINAIS

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2022, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades que, de forma directa ou indirecta, o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

- ⑨ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a LISNAVE;
- ⑨ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;
- ⑨ A todos os Trabalhadores e demais Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.
- ⑨ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores pela forma participativa como exerceram as suas funções;
- ⑨ Às Autoridades em geral, e às do Porto de Setúbal em particular, pela iniciativa e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;

- ⑨ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a LISNAVE.

Setúbal, 28 de Fevereiro de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais

Nuno M. F. de Almeida Antunes dos Santos

Cláudia Cristina Pelaio Rodrigues Braz

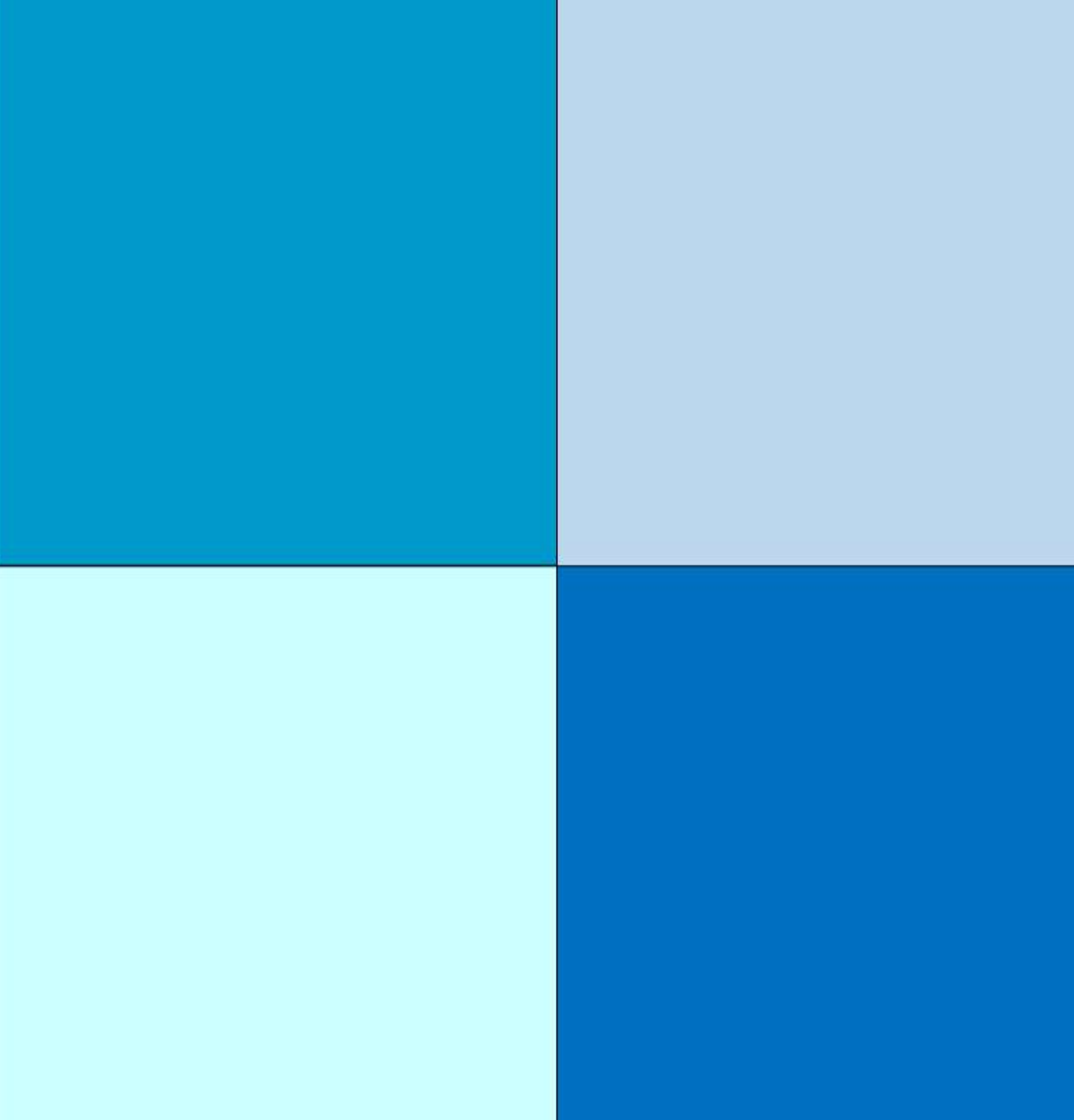
Luis Manuel dos Santos Silva Patrão

João Rui Carvalho dos Santos









BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

*EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 30 DE
MARÇO DE 2023 RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE*

CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2022

DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-Dez-22	31-Dez-21
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	7 867 504,94	6 378 344,52
Propriedades de investimento	7	1 900 000,00	2 567 100,00
Outros Investimentos Financeiros		3 171,60	1 585,80
Activos por impostos diferidos	14	212 765,68	73 612,07
Outros Activos Financeiros	15	5 860 044,00	-
Outros créditos a receber	15	405 351,08	192 820,08
Activos não correntes detidos para venda	8	450 000,00	450 000,00
		16 698 837,30	9 663 462,47
Activo corrente			
Inventários	10	2 183 250,26	1 923 282,67
Clientes	15.1	13 071 775,66	15 702 896,72
Adiantamentos a fornecedores	15.3	1 000 734,67	643 468,89
Estado e outros entes públicos	14/17.1	3 391 679,90	2 641 160,29
Outros créditos a receber	15.2	15 729 134,98	7 349 171,62
Diferimentos	17.2	512 546,28	536 617,40
Outros Activos Financeiros	15	5 002 703,13	-
Caixa e depósitos bancários	4	23 321 513,87	29 459 086,75
		64 213 338,75	58 255 684,34
Total do activo		80 912 176,05	67 919 146,81

(Valores em euros)

Rubricas	Notas	31-Dez-22	31-Dez-21
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital	15.6	5 000 000,00	5 000 000,00
Reservas legais	17.3	1 398 173,26	1 398 173,26
Resultados transitados	17.3	28 082 385,77	26 504 887,22
		34 480 559,03	32 903 060,48
Resultado líquido do período	17.3	7 074 968,39	4 577 498,55
Total do capital próprio		41 555 527,42	37 480 559,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12	98 267,04	75 192,04
Financiamentos obtidos	15.4	366 600,00	470 000,00
Passivos por impostos diferidos	14	101 337,77	48 205,02
		566 204,81	593 397,06
Passivo corrente			
Fornecedores	15.3	24 959 843,46	22 247 595,06
Adiantamentos de clientes	15	3 486 904,17	707 000,02
Estado e outros entes públicos	14/17.1	1 981 951,79	242 877,54
Financiamentos obtidos	15.4	112 800,00	94 000,00
Outras dividas a pagar	15.5	8 248 944,40	6 553 718,10
Diferimentos			0,00
		38 790 443,82	29 845 190,72
Total do passivo		39 356 648,63	30 438 587,78
Total do capital próprio e do passivo		80 912 176,05	67 919 146,81

(Valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2021	5 000 000,00	1 398 173,26	24 693 593,05	5 811 294,17	36 903 060,48
Transferência de Resultados do Exercício p/Result. Transitados			5 811 294,17	-5 811 294,17	0,00
Alterações no Período					
		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				4 577 498,55	4 577 498,55
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-4 000 000,00		-4 000 000,00
	0,00	0,00	-4 000 000,00	4 577 498,55	577 498,55
Posição no Fim do Período 2021	5 000 000,00	1 398 173,26	26 504 887,22	4 577 498,55	37 480 559,03
Posição em 01/01/2022	5 000 000,00	1 398 173,26	26 504 887,22	4 577 498,55	37 480 559,03
Transferência de Resultados do Exercício p/Result. Transitados			4 577 498,55	-4 577 498,55	0,00
Alterações no Período					
		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				7 074 968,39	7 074 968,39
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-3 000 000,00		-3 000 000,00
	0,00	0,00	-3 000 000,00	7 074 968,39	4 074 968,39
Posição no Fim do Período 2022	5 000 000,00	1 398 173,26	28 082 385,77	7 074 968,39	41 555 527,42

(Valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	11	1 18 935 043,14	97 138 898,46
Trabalhos própria entidade		137,60	2 516,38
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(8 828 772,71)	(7 119 450,47)
Fornecimentos e serviços externos	17.4	(90 567 220,98)	(75 116 336,99)
Gastos com o pessoal	16	(8 669 434,42)	(8 363 882,45)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	10	(47 474,84)	19 510,25
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	15.1	86 092,27	97 972,51
Provisões (aumentos/ reduções)	12	(23 075,00)	35 539,19
Aumentos/reduções de justo valor	17,7	(137 252,87)	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.5	1 815 312,23	1 439 548,23
Outros gastos e perdas	17.6	(473 690,92)	(505 202,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 089 663,50	7 629 112,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8/17.8	(1 474 453,64)	(1 318 113,23)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	17.9	(667 100,00)	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 948 109,86	6 310 999,31
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00
Juros e gastos similares suportados	17.10	(9 350,47)	(7 950,85)
Resultado antes de impostos		9 938 759,39	6 303 048,46
Imposto sobre o rendimento do período	14	(2 863 791,00)	(1 725 549,91)
Resultado líquido do período		7 074 968,39	4 577 498,55
Resultados por Acção Básico		7,07	4,58

(Valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Período	
	2022	2021
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	126 781 178,41	98 344 418,07
Pagamento a Fornecedores	-126 720 824,40	-97 831 739,48
Pagamento ao Pessoal	-5 613 440,17	-6 081 045,32
Caixa Gerada pelas Operações	-5 553 086,16	-5 568 366,73
Pagamento/ Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-1 211 018,06	-3 479 485,63
Outros Recebimentos/ Pagamentos relativos à Actividade Operacional	15 977 050,95	13 355 716,41
	9 212 946,73	4 307 864,05
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	9 212 946,73	4 307 864,05
Pagamentos Respeitantes a:		
Activos Tangíveis	-1 273 444,58	-795 313,03
Outros Activos	-11 000 000,00	
	-12 273 444,58	-795 313,03
Recebimentos Provenientes de:		
Activos Tangíveis	32 000,00	
Juros e Rendimentos Similares	1 723,73	3 812,52
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)	-12 239 720,85	-791 500,51
Pagamentos Respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	-84 600,00	
Juros e Gastos Similares	-26 198,76	-18 194,63
Dividendos	-3 000 000,00	-4 000 000,00
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		564 000,00
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	-3 110 798,76	-3 454 194,63
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-6 137 572,88	62 168,91
Efeito das Diferenças de Câmbio		184,92
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	-29 459 086,75	-29 397 102,76
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	23 321 513,87	29 459 086,75
	-6 137 572,88	62 168,91

(Valores em euros)

ANEXOS

(Quantias estão expressas em euros excepto quando indicado de outra forma)

1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997, com a denominação comercial de NAVENOVA – ESTALEIROS NAVAIS, S.A., a qual foi, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para LISNAVE- ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua sede social em Mitrena, 2910 - 738 Setúbal.

O capital social da Empresa é detido, maioritariamente, pela NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que detém 72,86%, pela THYSSENKRUPP TECHNOLOGIES BETEILIGUNGEN GMBH, que possui 20%, pela PARPÚBLICA, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo PÚBLICO (OPT) com 4,17%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2022.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela LISNAVE- ESTALEIROS NAVAIS, S.A., com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 3.3.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeira

As demonstrações financeiras da LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A., relativamente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base

duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
Edifícios e outras construções	2,50% – 5,00%	2,50% – 5,00%
Equipamento Básico	5,00% – 12,50%	5,00% – 12,50%
Equipamento de Transporte	25,00%	25,00%
Equipamento Administrativo	6,25% – 33,33%	6,25% – 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição, sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa, menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Se, durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Se ocorreram durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- Se as taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- Se a quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Se está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- Se alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- Se existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

b.1. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente aos quais a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/ perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/ perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

b.2. Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de 3% e 5%, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 27,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Inventários

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido (dos dois o mais baixo) sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

d. *Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado.

Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente como disponível para venda.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor.

e. *Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima*

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor, estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

e.1 Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos no ponto I., sendo subseqüentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos no ponto e..

e.2 Adiantamentos a Fornecedores

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentados pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na ponto e.

e.3 Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizados da seguinte forma:

- Pessoal – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade, em todos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na ponto e..

e.4 Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

f. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g. Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

h. Rubricas dos Capitais Próprios

h.1 Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

h.2 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

h.3 Resultados Transitados

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento, os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

i. Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

i.1 Provisões para Processos Judiciais

Esta rubrica inclui a provisão para um processo judicial em curso relativo a Acidentes de Trabalho. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

i.2 Outras Provisões

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

j. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

j.1 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

j.2 Adiantamentos de Clientes

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

j.3 Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

k. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

1. Prestações de Serviço

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

1.1 – Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

m. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

m.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

m.2 Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço, são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

n. Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista, pelo menos, no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

b. *Impostos Diferidos Activos*

A Empresa regista impostos diferidos de acordo com a NCRF 25.

Estes decorrem da existência de diferenças temporárias dedutíveis e/ou tributáveis e têm como objectivo uma correcta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

A adopção da norma referida inclui a possibilidade de que a recuperação ou liquidação de uma determinada quantia, inerente a activos ou passivos, possibilite que os pagamentos de impostos futuros sejam maiores ou menores do que supostamente seriam, se tais recuperações e/ou liquidações não existissem.

c. *Reconhecimento de Prestações de Serviços*

A Empresa reconhece o rédito de acordo com o preconizado na NCRF 20.

O rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, quando o desfecho da referida transacção que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado. Todas as condições seguintes devem ser satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transacção, à data do balanço, possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é muitas vezes referido como o método da percentagem de acabamento. Por este método, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços sejam prestados. O reconhecimento do rédito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período.

A fase de acabamento de uma transacção pode ser determinada por uma variedade de métodos. Uma entidade usa o método que mensure fiavelmente os serviços executados.

Dependendo da natureza da transacção, os métodos podem incluir:

- a) Vistorias do trabalho executado;
- b) Serviços executados até à data, expressos como uma percentagem do total dos serviços a serem executados; ou
- c) A proporção que os custos incorridos até à data tenham com os custos totais estimados da transacção. Somente os custos que reflectam serviços executados até à data são incluídos nos custos incorridos até à data. Somente os custos que reflectam serviços executados ou a serem executados são incluídos nos custos totais estimados da transacção.

Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos de clientes não reflectem muitas vezes os serviços executados.

Quando o desfecho da transacção que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados.

d. Provisões para Impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subseqüentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a. Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxa de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

b. Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

c. Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos

significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d. *Locações*

Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4. *Fluxos de caixa*

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2022	2021
Caixa	22.940,15	54.578,30
Depósitos à Ordem	798.573,72	404.508,45
Outros Depósitos Bancários	22.500.000,00	29.000.000,00
	23.321.513,87	29.459.086,75

5. *Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros*

No Exercício de 2022 não ocorreram alterações de Políticas Contabilísticas, alterações em Estimativas Contabilísticas ou Erros, passíveis de serem reportados na presente nota.

6. *Partes relacionadas*

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

Nome	Localização	% de interesse	% de voto	Natureza do Relacionamento	
				Serviços que a LISNAVE presta / Transacções que faz	Serviços que a LISNAVE recebe / Transacções que recebe
NAVIVESSEL- ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	Portugal	72,86%	72,86%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
THYSSENKRUPP TECHNOLOGIES BETEILIGUNGEN GMBH	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
PÚBLICO (OPT)		4,17%	4,17%	Dividendos	
LISNAVE INFRAESTRUTURAS	Portugal	-	-	Reabilitação de Estaleiro	Renda do Estaleiro
REPROPEL	Portugal	-	-	Apoio a reparações e comissões	Reparações de Hélices
GASLIMPO	Portugal	-	-	Serviços de Apoio	Pesquisa de Gases
REBOCALIS	Portugal	-	-	Serviços de Apoio	Marinharia
LISNAVE INTERNACIONAL	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
TECOR	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serv. Técnicos de apoio a navios (Tratamento de Superfície)
NAVALROCHA	Portugal	-	-		
NAVALSET	Portugal	-	-		Apoio e Assessoria Jurídica
LISNAVEYARDS	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Subempreitadas para reparações
DAKARNAVE	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a NAVIVESSEL- ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., com sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa NAVALSET- SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Clientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
NAVIVESSEL-, ESTUDOS E PRO- JECTOS NAVAIS, S.A.	2022	-	312.107,75	-	-	295.504,92
	2021	-	312.267,75	-	-	295.504,92
THYSSENKRUPP TECHNOLO- GIES BETEILIGUNGEN GMBH	2022	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-
PARPÚBLICA, S.A. ESTADO PORTUGUÊS	2022	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-
PÚBLICO (OPT)	2022	-	-	-	-	-
	2022	-	-	-	-	-
LISNAVE INFRAESTRUTURAS	2022	675.945,19	-	1.650.947,47	-	4.006.859,51
	2021	2.374.434,68	-	3.044.270,84	-	3.267.569,45
REPROPEL	2022	53.250,07	-	108.311,58	-	6.784,60
	2021	65.477,37	11.512,80	68.824,10	-	19.110,00
GASLIMPO	2022	10.612,79	246.895,93	20.963,52	55.429,87	663.758,81
	2021	-	196.258,64	20.247,67	65.443,56	631.340,01
REBOCALIS	2022	-	519.368,14	23.532,23	-	1.418.918,55
	2021	-	531.049,40	19.908,46	-	1.136.028,81
LISNAVE INTERNACIONAL	2022	7.281,60	-	5.939,00	-	-
	2021	1.575,92	-	6.718,27	-	-
TECOR	2022	-	2.870.207,62	277.276,43	-	10.542.643,20
	2021	-	2.422.682,25	200.592,00	-	8.021.462,50
NAVALROCHA	2022	-	-	-	-	-
	2021	202,95	-	185,00	-	800,00
NAVALSET	2022	-	-	-	-	18.000,00
	2021	-	5.535,00	-	-	18.000,00
LISNAVEYARDS	2022	-	2.326.598,61	578.390,06	-	11.307.609,76
	2021	-	1.424.753,01	536.520,61	-	9.502.062,05
DAKARNAVE	2022	-	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica registou uma perda de imparidade, no montante de 667.100,00 €, no Exercício de 2022.

	2022	2021
Valor Bruto	2.567.100,00	2.567.100,00
Imparidades	(667.100,00)	-
	1.900.000,00	2.567.000,00

8. Activos Fixos Tangíveis e Activos não correntes detidos para Venda

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo:							
01 de Janeiro de 2021	1.811.296,59	10.343.212,73	148.737,73	1.638.872,96	8.693.510,99	993.558,87	23.629.189,87
Aumentos	-	-	-	-	-	1.215.773,88	1.215.773,88
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma Subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	40.319,87	298.647,15	-	115.186,89	341.159,12	(795.313,03)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de Câmbio							
31 de Dezembro de 2021	1.851.616,46	10.641.859,88	148.737,73	1.754.059,85	9.034.670,11	1.414.019,72	24.844.963,75
Aumentos	-	-	-	-	-	2.974.864,06	2.974.864,06
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma Subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	9.998,66	1.021.189,35	61.340,91	83.945,13	96.970,44	(1.273.444,49)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(57.000,02)	-	-	-	(57.000,02)
Diferenças de Câmbio							
31 de Dezembro de 2022	1.861.615,12	11.663.049,23	153.078,62	1.838.004,98	9.131.640,55	3.115.439,38	27.762.827,79
Custo:							
01 de Janeiro de 2021	1.329.733,81	6.727.325,40	91.247,12	1.319.667,12	7.680.532,55	-	17.148.506,00

Amortizações	100.562,61	658.891,92	32.411,98	133.807,37	392.439,35		1.318.113,23
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	1.430.296,42	7.386.217,32	123.659,10	1.453.474,49	8.072.971,90	-	18.466.619,23
Amortizações	84.447,93	807.320,77	29.746,36	154.167,11	398.771,47		1.474.453,64
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(45.750,02)	-	-	-	(45.750,02)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2022	1.514.744,35	8.193.538,09	107.655,44	1.607.641,60	8.471.743,37	-	19.895.322,85
Valor Líq. Contabilístico:							
A 31 de Dez. de 2022	346.870,77	3.469.511,14	45.423,18	230.363,38	659.897,18	3.115.439,29	7.867.504,94
A 31 de Dez. de 2021	421.320,04	3.255.642,56	25.078,63	300.585,36	961.698,21	1.414.019,72	6.378.344,52
A 01 de Janeiro de 2021	481.562,78	3.615.887,33	57.490,61	319.205,84	1.012.978,44	993.558,87	6.480.683,87

No período findo a Empresa registou em Activos não correntes detidos para venda, o seguinte:

	2022	2021
Activos não correntes detidos para venda		
Bruto	600.000,00	600.000,00
Imparidade	(150.000,00)	(150.000,00)
	450.000,00	450.000,00

9. Imparidade de Activos não correntes

A quantia de imparidade em Activos não correntes detidos para venda foi de 150.000,00 euros.

De acordo com a NCRF 12, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso exista, a entidade deve estimar a quantia recuperável do activo. Durante o ano de 2022, não foi pedido nova avaliação externa, por se entender que o valor do Activo estava devidamente valorizado.

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários:

	2022	2021
Matérias primas, Subs. e de Consumo		
Valor Bruto	2.779.549,73	2.472.107,30
Imparidades	(596.299,47)	(548.824,63)
	2.183.250,26	1.923.282,67

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

a) Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2021	2.515.243,71
Compras	7.076.314,06
Existências em 31 de Dezembro de 2021	2.472.107,30
	7.119.450,47
Existências em 1 de Janeiro de 2022	2.472.107,30
Compras	9.136.215,14
Existências em 31 de Dezembro de 2022	2.779.549,73
	8.828.772,71

b) Imparidade de inventários reconhecida como um gasto/rendimento do período:

	2022	2021
Perdas por Imparidade		
<u>Matérias primas, Subs. e de Consumo</u>	47.474,84	-
	47.474,84	-
Reversões de Perdas por Imparidade		
<u>Matérias-primas, Subs. e de Consumo</u>	-	19.510,25
	-	-
	-	19.510,25

11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2022	2021
Venda de Mercadorias		
Subprodutos, Resíduos e Refugos		
Portugal	1.329.422,36	221.440,30
	1.329.422,36	221.440,30
Prestações de Serviços		
Serviços		
Total Europa	71.660.213,50	49.761.227,66
Portugal	8.418.096,22	12.826.914,64
U.E.	42.165.345,78	19.612.963,15
Outros	21.076.771,50	17.321.349,87
Total África	8.420.886,35	6.815.789,00
Total América	9.288.870,00	21.125.499,00
Total Ásia	19.937.322,00	13.014.309,50
Total Oceânia	8.298.328,93	6.200.633,00
	117.605.620,78	96.917.458,16
	118.935.043,14	97.138.898,46

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2022	1.329.422,36	111.637.938,56	5.459.926,52	507.755,70	118.935.043,14
2021	221.440,30	91.560.076,47	4.951.145,01	406.236,68	97.138.898,46

12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para Comissões /Claim	Outras Provisões	Total
A 01 de Jan. 2021	67.717,04	41.151,19	31.863,00	140.731,23
Aumentos do ano	-	-	-	-
Utilizações no ano	-	(30.000,00)	-	(30.000,00)
Reversões do ano	-	(11.151,19)	(24.388,00)	(35.539,19)
A 31 de Dez. 2021	67.717,04	-	7.475,00	75.192,04
A 01 de Jan. 2022	67.717,04	-	7.475,00	75.192,04
Aumentos do ano	-	-	23.075,00	23.075,00
Utilizações no ano	-	-	-	-
Reversões do ano	-	-	-	-
A 31 de Dez. 2022	67.717,04	-	30.550,00	98.267,04

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos	1.105,79	821,86
	1.105,79	821,86
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Outros gastos e perdas	1.515,97	1.359,92
	1.515,97	1.359,92

14. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Imposto Corrente		
IRC do ano	2.949.811,86	1.517.169,17
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(86.020,86)	208.380,74
Outros movimentos		
	2.863.791,00	1.725.549,91

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Excesso de Estimativa para Impostos	-	-
Insuficiência de Estimativa para Impostos	(16.276,47)	(111.912,83)
	(16.276,47)	(111.912,83)

Durante o Exercício de 2022, não ocorreram alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos.

A alteração do valor registado em impostos diferidos decorre da variação da sua base (diferenças temporárias tributadas).

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes de impostos	9.938.759,39	6.303.048,46		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	2.087.139,47	1.323.640,18	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de ajustamentos e de imparidades	89.478,42	709.003,72		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	-	65.539,19		
Mais Valias Contabilísticas	27.766,26	-		
<i>Seguro Excellentia</i>	342.818,00	182.396,00		
Benefícios Fiscais	81.103,00	74.993,00		
	541.165,68	1.031.931,91	(1,14%)	(3,44%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	-	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	774,19	148,36		
Gastos não documentados	88.826,20	98.007,99		
Amortizações e Abates não aceites fiscalmente	751.733,41	33.805,87		
Registo de perdas de Imparidade	190.816,99	-		
<i>Seguro Excellentia</i>	130.287,00	-		
Provisões para além limites legais	23.075,00	-		
Créditos Incobráveis	-	4.554,58		
Insuficiência Estimativa para Impostos	16.276,47	111.912,83		
Diferença Positiva entre as mais-valias e as menos-valias	28.043,92	-		
Correcções relativas a Exercícios anteriores	79.354,68	32.218,01		
Outros	103.805,09	72.236,75		
	1.412.992,95	352.884,39	2,99%	1,18%
Dedução prejuízos fiscais	-	-		
Lucro tributável	10.810.586,66	5.624.000,94		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21%	21%		
Imposto calculado	2.270.223,20	1.181.040,20	22,84%	18,74%
Tributação autónoma	171.900,53	128.048,93	2,73%	2,03%
Derrama	162.158,80	84.360,01	2,57%	1,34%
Derrama Estadual	345.529,33	123.72003	5,48%	1,96%
Efeito do aumento / reversão de Impostos diferidos	(86.020,86)	208.380,74	(1,36%)	3,31%
	593.567,80	544.509,71	9,42%	8,64%
Imposto sobre o Rendimento	2.863.791,00	1.725.549,91	27,38%	27,38%

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2022	2021	2022	2021
Impostos Diferidos Activos				
Outras	212.765,68	73.612,07	(162.521,14)	(162.521,14)
	212.765,68	73.612,07	73.612,07	(162.521,14)
Impostos Diferidos Passivo				
Seguro <i>Excellentia</i>	(101.337,77)	(48.205,02)	(48.205,02)	(45.859,60)
	(101.337,77)	(48.205,02)	(48.205,02)	(45.859,60)

15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Activos

	2022	2021
Não Corrente		
Outros Activos Financeiros	6.000.000,00	-
Perdas Invest. Financeiros	(139.956,00)	-
Outros Créditos a Receber	405.351,08	192.820,08
	6.265.395,08	192.820,08
Corrente		
Cientes		
Bruto	14.067.636,89	16.719.018,65
Imparidades	(995.861,23)	(1.016.121,93)
Adiantamentos a Fornecedores	1.107.670,09	781.377,32
Imparidades	(106.935,42)	(137.908,43)
Outros Créditos a Receber	15.775.612,25	7.430.507,45
Imparidades	(46.477,27)	(81.335,83)
Outros Activos Financeiros	5.002.703,13	-
	34.804.348,44	23.695.537,23

Passivos

	2022	2021
Não Corrente		
Financiamentos Obtidos	366.600,00	470.000,00
Corrente		
Fornecedores	24.959.843,46	22.247.595,06
Financiamentos Obtidos	112.800,00	94.000,00
Adiantamentos de Clientes	3.486.904,17	707.000,02
Outras Dívidas a Pagar	8.248.944,40	6.553.715,10
	36.808.492,03	29.602.310,18

Capital Próprio

	2022	2021
Capital Social	5.000.000	5.000.000
	5.000.000	5.000.000

15.1 Clientes

A antiguidade de Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Líquido
2022	14.067.636,89	995.861,23	13.071.775,66
2021	16.719.018,65	1.016.121,93	15.702.896,72

	Saldo Líquido	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			<30 Dias	30-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
2022	13.071.775,66	8.189.794,10	1.622.119,18	583.481,48	1.582,94	37.288,43	2.637.509,53
2021	15.702.896,72	11.180.754,58	1.892.481,99	48.817,08	420,49	360,77	2.580.061,81

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Exercício de 2022					
Clientes	1.016.121,93	-	-	20.260,70	995.861,23
Fornecedores	137.908,43	3.386,15	-	34.359,16	106.935,42
Outros Dev.	81.335,83	-	-	34.858,56	46.477,27
	1.235.366,19	3.386,15	-	89.478,42	1.149.273,92
Exercício de 2021					
Clientes	1.016.121,93	-	-	-	1.016.121,93
Fornecedores	201.022,38	-	-	63.113,95	137.908,43
Out. Dev.	116.194,39	-	-	34.858,56	81.335,83
	1.333.338,70	-	-	97.972,51	1.235.366,19

15.2 Outros Créditos a Receber

Os Outros Créditos a receber discriminam-se como segue:

	2022	2021
Outros créditos a receber não correntes		
Outros activos financeiros	405.351,08	192.820,08
Outros créditos a receber correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rédito das encomendas em curso	15.108.072,86	7.221.664,99
Juros Depósitos a Prazo	13.589,00	738,00
Renda	509.248,94	-
Outros	4.653,81	72.205,27
Outros devedores e credores		
Pessoal	35.039,24	4.039,49
Processos Judiciais	42.279,00	42.279,00
Outros	62.729,40	89.580,70
Imparidade	(46.477,27)	(81.335,83)
	15.729.134,98	7.349.171,62

Por forma a garantir o tratamento contabilístico em conformidade com a NCRF 20 para as reparações/ obras que transitam em curso para o Exercício de 2023, procedeu-se a uma análise do rédito e gastos associados a cada uma delas. Face aos gastos já incorridos, facturação já emitida e margem/*mark-up* estimados, procedeu-se ao registo de um acréscimo de rendimentos em conformidade. A variação desta rubrica relaciona-se com grandes reparações que transitam de ano, que se estima que sejam concluídas durante o primeiro trimestre de 2023.

15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Fornecedores conta corrente		
Nacionais	16.413.552,50	15.715.664,29
Estrangeiros	606.997,24	1.009.159,71
Empresa-mãe	-	5.535,00
Empresas Subsidiárias	6.275.195,25	4.898.523,85
Fornecedores recepção e conferência	1.664.098,47	618.712,21
	24.959.843,46	22.247.595,06
Adiantamentos a Fornecedores		
Nacionais	764.205,60	777.606,96
Imparidades	(106.935,42)	(137.908,43)
Estrangeiros	343.464,49	3.770,36
	1.000.734,67	643.468,89

15.4 Financiamentos obtidos

O Financiamento obtido discrimina-se como segue:

	2022	2021
Financiamento obtido – Não Corrente Empréstimo Bancário	366.600,00	470.000,00
	366.600,00	470.000,00
Financiamento obtido – Corrente Empréstimo Bancário	112.800,00	94.000,00
	112.800,00	94.000,00

15.5 Outras contas a pagar

As Outras contas a pagar discriminam-se como segue:

	2022	2021
Outras Dividas a Pagar - Não Correntes		
Outros Activos Financeiros	-	-
Outras Dividas a Pagar - Correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	904.665,84	969.289,20
Renda Estaleiro	-	110.064,25
Comissões	1.721.139,52	1.766.635,69
<i>Brokers</i>	549.207,93	1.061.663,65
<i>Claims e Settlements</i>	-	164.023,60
Obras Internas	1.791.047,79	11.760,67
Centros de Custo	397.306,71	301.458,13
Custos Projectos	818.305,52	1.356.596,42
Outros	399.483,54	215.369,22
Agentes	638.164,63	47.198,45
Outros devedores e credores		
Pessoal - Gratificações de Balanço	1.000.000,00	520.000,00
Diversos	29.622,92	29.658,82
	8.248.944,40	6.553.718,10

15.6 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte:

	2022	2021
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL- ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.643.030,00	3.642.865,00
THYSSENKRUPP TECHNOLOGIES BETEILIGUNGEN GMBH	1.000.000,00	1.000.000,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	148.330,00
PÚBLICO (OPT)	208.640,00	208.805,00
	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 euros cada.

15.7 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	Beneficiários	Moeda	Montante
M/BCP	Alfândega de Lisboa	EUR	55.660,00
M/BCP	Alfândega de Setúbal	EUR	100.000,00

15.8 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta, fundamentalmente, das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outros Créditos a Receber e outras Dívidas a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outros Créditos a Receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	434.691,60	581.241,21
Remunerações do Pessoal	6.151.922,76	5.684.330,53
Outras Remunerações	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	1.262.159,94	1.286.987,64
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	151696,20	153.191,14
Gastos de Acção social	751.880,04	838.467,32
Outros gastos com o Pessoal	(82.916,12)	(180.335,39)
	8.669.434,42	8.363.882,45

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) com a duração média de 10 anos.

No que respeita ao valor das responsabilidades por serviços passados (líquido o activo da apólice OEXL103112068), é apresentado no activo por um valor de 405.351 euros (2021: 192.820 euros). O valor da responsabilidade foi ajustado pelos gastos de juros e gastos dos serviços correntes, num total líquido de 215.531 euros reconhecido na rubrica de gastos, com o pessoal e pelas perdas actuariais e pelo retorno dos activos da apólice EXL103112068.

O ganho actuarial é gerado pela conjugação de um número significativo de saídas da população segura.

Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por Entidade Independente, tomaram em consideração os pressupostos considerados apropriados.

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento	18.406,01	21.500,50
IVA	3.373.273,89	2.611.418,18
	3.391.679,90	2.641.160,29
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	1.738.993,86	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	106.091,43	103.743,74
Contribuição para a Segurança Social	136.723,64	138.990,94
FCT/ Fundos Compensação do Trabalho	142,86	142,86
	1.981.951,79	242.877,54

17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	364.520,91	378.400,83
Assistência <i>Software</i>	136.519,26	146.915,98
Contrato Publicidade	8.932,52	8.431,95
Outros Gastos	2.573,59	2.868,64
	512.546,28	536.617,40

17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	1.398.173,26	24.693.593,05	5.811.294,17	31.903.060,48
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(4.000.000,00)	-	(4.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	5.811.294,17	(5.811.294,17)	-
Resultado do ano	-	-	4.577.498,55	4.577.498,55
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	1.398.173,26	26.504.887,22	4.577.498,55	32.480.559,03
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	1.398.173,26	26.504.887,22	4.577.498,55	32.480.559,03
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(3.000.000,00)	-	(3.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	4.577.498,55	(4.577.498,55)	-
Resultado do ano	-	-	7.074.968,39	7.074.968,39
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1.398.173,26	28.082.385,77	7.074.968,39	36.555.527,42

17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Subcontratos	60.594.039,50	48.502.396,92
Trabalhos especializados	5.298.349,51	4.675.770,05
Publicidade e propaganda	128.897,80	60.859,93
Vigilância e segurança	535.376,68	746.908,47
Honorários	214.234,58	203.166,81
Comissões	3.122.676,65	2.410.415,85
Conservação e reparação	4.780.326,00	3.787.936,33
Ferramentas e utensílios	22.867,25	5.910,60
Livros e documentação técnica	39.348,45	35.589,85
Material de escritório	69.164,43	57.002,06
Artigos para oferta	44.660,30	35.964,12
Electricidade	1.209.202,94	2.060.681,25
Combustíveis	1.645.199,78	1.317.036,43
Deslocações e estadas	313.927,99	138.069,03
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.137.468,44	1.122.016,77
Rendas e alugueres	5.800.589,62	4.705.570,47
Comunicação	75.950,46	79.144,08
Seguros	1.329.266,28	1.528.033,34
Royalties	47.635,36	46.877,57
Contencioso e notariado	1.502,42	1.129,18
Despesas de representação	99.032,08	48.892,57
Limpeza, higiene e conforto	512.245,59	302.110,63
Outros	3.545.258,87	3.244.854,68
	90.567.220,98	75.116.336,99

Loações Operacionais

Durante os exercícios de 2021 e 2022 foram reconhecidos como custos os montantes de 128.196,66 e 116.786,65 euros, respectivamente, relativos a rendas a título de contratos de locação operacional, incluídos na rubrica de Rendas e alugueres.

Adicionalmente, à data de balanço a sociedade detinha contratos de locação operacional, cujas rendas vencem como se segue:

Total dos futuros pagamentos mínimos:	2022	2021
Não mais de um ano	126.272,29	125.943,91
Mais de um ano e não mais de 5 anos	227.666,39	274.088,75
Mais de 5 anos	-	-
Total	353.938,68	400.032,66

17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Rendimentos Suplementares		
Outros	497.297,98	453.403,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	300.223,42	252.707,08
Ganhos em Inventários	48.998,10	57.387,41
Rendimentos e Ganhos nos restantes Activos		
Diferenças de Câmbio	1.105,79	821,86
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações activos fixos tangíveis	27.766,26	
Outros	1.508,26	121.308,83
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	923.424,86	525.733,09
Excesso da estimativa para Impostos	165,41	-
Ganhos outros inst. Financeiros	1.917,00	-
Outros não especificados	247,42	25.739,78

Juros Obtidos		
De Depósitos	12.657,73	2.446,52
Outros Rendimentos Similares	-	-
	1.815.312,23	1.439.548,23

17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Impostos	24.299,34	31.122,32
Dividas Incobráveis	-	4.554,58
Descontos de Pronto Pagamento	-	-
Perdas em Inventários	17.362,30	7.091,85
Perdas em Alienação/Abates	-	-
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	79.354,68	32.218,01
Donativos	83.400,00	67.500,00
Quotizações	113.730,28	113.465,96
Insuficiência de estimativa para impostos	46.383,15	132.286,69
Despesas não Documentadas	88.826,20	98.007,99
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	219,48	148,31
Outros	218,72	203,05
Juros Suportados		
Juros mora e compensatórios	554,71	0,05
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras	1.515,97	1.359,92
Outros Gastos e Perdas		
Outros	17.826,09	17.243,84
	473.690,92	505.202,57

17.7 Aumentos / reduções de justo valor

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Ganhos por aumento Justo valor		
Instrumentos financeiros	2.703,13	-
Perdas por redução do justo valor		
Instrumentos financeiros	139.956,00	-
	137.252,87	

17.8 Gastos / Reversões de depreciação e amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	1.474.453,64	1.318.113,23
	1.474.453,64	1.318.113,23

17.9 Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Imparidade de Investimentos		
	667.100,00	-
	667.100,00	-

17.10 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros Financiamento Obtidos	9.350,47	7.950,85
	9.350,47	7.950,85

18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão é 27 de Fevereiro de 2023.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dra. Cláudia Cristina Pelajo Rodrigues Braz, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.303 Acções cada, por via da NAVIVESSEL- ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. e da NAVALSET-SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,8606% e de 20,00% do Capital Social da LISNAVE, respectivamente, os seguintes Accionistas:

- NAVIVESSEL- ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. - **Titular de 728.606 Acções.**
- THYSSENKRUPP TECHNOLOGIES BETEILIGUNGEN GMBH - **Titular de 200.000 Acções.**

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídas do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 do artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais facturados, pelo Revisor Oficial de Contas, no Exercício 2021 e 2022, foram de 37.000,00 euros e 32.400,00 euros, respectivamente.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

<i>Administradores</i>	<i>Empresas/Entidades</i>	<i>Cargos desempenhados</i>
<i>Eng. José António Leite Mendes Rodrigues</i>	NAVIVESSEL, S.A. NAVALSET, S.A. LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, S.A. LISNAVE INTERNACIONAL, S.A. LISNAVE YARDS, LDA. DAKARNAVE, CHANTIERS NAVALS DE DAKAR, S.A.	Presidente C. Administração Presidente C. Administração Presidente C. Administração Presidente C. Administração Gerente Presidente C. Administração
<i>Dra. Cláudia Cristina Pelaio Rodrigues Braz</i>	NAVIVESSEL, S.A. NAVALSET, S.A. LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, S.A. LISNAVE INTERNACIONAL, S.A. DAKARNAVE, CHANTIERS NAVALS DE DAKAR, S.A.	Administradora Administradora Administradora Administradora Administradora
<i>Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão</i>	ANA, S.A. ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO GERAL	Administrador N/Executivo Administrador N/Executivo
<i>Dr. João Rui Carvalho dos Santos</i>	NAVIVESSEL, S.A. DAKARNAVE, CHANTIERS NAVALS DE DAKAR, S.A. NAVALROCHA, S.A. GASLIMPO, S.A. ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NAVAIS FENAME – FED. NACIONAL DO METAL AISET – ASSOC. IND. PENÍNSULA SETÚBAL CPS – COMUNIDADE PORTUÁRIA SETÚBAL LISNAVE YARDS, LDA. TECOR – TECNOLOGIA ANTICORROSÃO, S.A. REBOCALIS – REB. E ASSIST. MARÍTIMA, LDA. REPROPEL, SOCIEDADE REPARAÇÃO HÉLICES, LDA	Administrador Administrador Administrador Administrador Presidente Direcção Vice-Presidente Presidente Conselho Fiscal Presidente Conselho Fiscal Gerente Administrador Gerente Gerente

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2022

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «Lisnave – Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e Contas relativas ao exercício de 2022, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da Lisnave, através da análise da documentação produzida e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas. Procedeu à verificação da regularidade da escrituração, dos registos contabilísticos e respectiva documentação e ainda a conformidade das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados com o Sistema de Normalização Contabilística. Inteirou-se e foi informado acerca dos actuais constrangimentos e principais desafios para o negócio da Sociedade.

3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas e tendo em conta, em particular, as divulgações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. O Conselho Fiscal apreciou os trabalhos desenvolvidos pelos Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das Contas, em anexo, parecer que merece a sua concordância e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

5. O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2022, desenvolvida num contexto globalmente caracterizado por: (i) condições de mercado adversas no início do ano de 2022, devido às medidas impostas pelas Autoridades para conter a propagação da pandemia; (ii) aumento da procura expressa no número de consultas

decorrentes da forte acção comercial desenvolvida, que cresceu 28% face ao ano de 2021; (iii) a elevada taxa de ocupação do Estaleiro levou ao declínio de algumas consultas; (iv) a continua baixa rentabilidade com que os Armadores se continuam a confrontar, com impacto no conteúdo médio de trabalho por navio que contratam; (v) diferentes comportamentos dos vários segmentos do mercado de transporte, associados à evolução das respectivas frotas, geraram evoluções positivas nas taxas de frete de porta contentores e petroleiros, que contrasta com a diminuição da taxa de frete dos graneleiros (vi) escassez e baixa qualificação de recursos de mão de obra disponíveis no mercado; (vii) continua expansão da Lisnave para outros segmentos de mercado, como navios transportadores de gás e porta-contentores. No ano de 2022 foi ainda dada continuidade aos vários projectos no domínio (i) dos investimentos, como exemplo a recuperação estrutural da Central de Bombagem entre Docas e de vários guindastes, reparação de fachadas de edifícios e arruamentos, entre outros; (ii) dos recursos humanos, através da implementação de um novo sistema de avaliação de desempenho; (iii) da segurança, continuando a investir em acções de sensibilização bem como na melhoria das condições de segurança em que os colaboradores operam, com o intuito de proteger a integridade física e psicológica dos mesmos; (iv) da sustentabilidade, como seja a instalação de carregadores para veículos eléctricos ou o início do programa de desmaterialização de processos administrativos, com a expectativa que todos tenham impactos favoráveis a médio/ longo prazo na Sociedade.

6. A actividade da Lisnave registou no exercício de 2022 um bom desempenho, superando os objectivos da actividade estabelecidos no orçamento para o ano, expressos por:

- taxa de sucesso comercial de 15,4%, traduz uma diminuição face ao ano anterior, que se tinha situado em 16%, devido à elevada taxa de ocupação do estaleiro. Em 2022, as 670 consultas geraram 103 encomendas, registando ambos os indicadores um aumento comparativamente ao ano anterior;
- O conteúdo médio de trabalho por navio atingiu 1,23 milhões de euros, acima dos 1,13 milhões de euros registados em 2021;
- manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas e serviços prestados para o mercado externo de 93,5% do total.

7. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:

- Volume global das Vendas e Serviços prestados, de 119 milhões de euros, que traduz um acréscimo de 22,4% relativamente a 2021, 97 milhões de euros;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos na ordem de 90,6 milhões de euros, representam 75% do total dos rendimentos de exploração;

- Resultado gerado pelas operações (EBITDA) no exercício, positivo de 12,1 milhões de euros;
- Fluxo de caixa das actividades operacionais, positivo, no montante de 9,2 milhões de euros, traduz um aumento de 114% face ao período homólogo;
- Fluxo de caixa das actividades de investimento, negativas, no montante de 12,2 milhões de euros, reflecte essencialmente aplicações realizadas em outros activos financeiros;
- Resultado Líquido positivo de 7.075 milhares de euros, traduzindo a boa performance registada no exercício, reforçando a sustentabilidade económica e financeira das Lisnave.

Face ao exposto, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, as conclusões e informações constantes da Certificação Legal das Contas e as acções que desenvolvemos no decorrer do exercício, no exercício das nossas competências, somos do parecer que:

- a) Que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício positivo , de 7.074.968,39 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos colaboradores com quem contactou, bem como aos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Lisboa, 09 de Março de 2023

O Conselho Fiscal

Presidente

Manuel Serpa Leitão

Vogal

Tânia Sofia Luís Mineiro

Vogal

Mário Alexandre Guerreiro Antão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2022

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 80.912.176,05 euros e um total de capital próprio de 41.555.527,42 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.074.968,39 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Lisnave – Estaleiros Navais, S.A., em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos destas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas matérias se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção de material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controle interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade de estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, nº3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 07 de Março de 2023

RSM & Associados – SROC. Lda.

Representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 30 DE MARÇO DE 2023 RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2022

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e vinte e três, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

Assumi a direcção dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.

O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S. A., representada pelo Sra. Dra. Ana Rita Martins Rodrigues Eusébio, titular de 728.573 (setecentas e vinte e oito mil e quinhentas e setenta e três) acções, representativas de 72,86% (setenta e dois vírgula oitenta e seis por cento) dos votos;
- THYSSENKRUPP TECHNOLOGIES BETEILIGUNGEN GMBH, representada pelo Sr. Eng. Jan Krabbenhöft, titular de 200.000 (duzentas mil) acções, representativas de 20% (vinte por cento) de votos;
- PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A., representada pelo Dr. Carlos Ribeiro, titular de 29.666 (vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis) acções, representativas de 2,96% (dois vírgula noventa e seis por cento) dos votos;
- Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de 10.000 (dez mil) acções, representativas de 1% (um por cento) dos votos;

Estavam, igualmente, presentes os Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal da Sociedade, bem como o Dr. Joaquim Patrício da Silva, Representante da RSM E ASSOCIADOS – SROC, LDA., nº 21.

O Presidente da Mesa, declarando que estavam preenchidos todos os requisitos legais para a Assembleia reunir e poder deliberar validamente, e considerando dispensada a leitura integral da Convocatória, passou a ler os pontos da Ordem de Trabalhos que eram os seguintes:

PONTO UM – DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022.

..., o Presidente da Mesa submeteu então à votação conjunta o Relatório e Contas do Exercício de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade

PONTO DOIS – DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.

..., o Presidente da Mesa submeteu então a votação o Relatório do Conselho Fiscal, que foi aprovado por unanimidade

PONTO TRÊS – DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

..., o Sr. Presidente lembrou o teor da proposta de aplicação de resultados subscrita pelo Conselho de Administração, cujo teor era o seguinte:

“Considerando o nível de desempenho alcançado no Exercício de 2022, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço aos Trabalhadores.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

1. Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
2. Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 7.074.968,39 (sete milhões, setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	5.000.000,00 euros
Resultados Transitados	2.074.968,39 euros

..., o Presidente pôs a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

PONTO QUATRO – PROCEDER À APRECIACÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

..., o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

“A NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos Mandatos, designadamente durante o Exercício de 2022, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um Voto de Louvor aos Conselhos de Administração e Fiscal da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS S.A..

Caparica, 30 de Março de 2023

O representante do Accionista NAVIVESSEL”

O Presidente da Mesa, associou-se ao voto de louvor proposto pelo Accionista NAVIVESSEL.

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual vai ser lavrada a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Mesa.

DELEGAÇÕES & REPRESENTAÇÕES

ALEMANHA

ZOEPPFEL & SCHNEIDER GMBH
HAMBURGO – ALEMANHA
Tel.: + 49 408 797 850
info@zoepffel-schneider.com

BRASIL

QUILHA ENGENHARIA NAVAL E REPRESENTAÇÕES
RIO DE JANEIRO - BRASIL
Tel.: + 55 212 539 302 3
quilha@netyet.com.br

CANADÁ

WISEPOOL ENTERPRISES, LTD.
VANCOUVER - CANADA
Tel.: + 1 604 272 187 3
wisepool@shaw.ca

CHIPRE

WSR - SERVICES LTD.
LIMASSOL – CHIPRE
Tel.: + 357 253 444 18
mail@wsr.com.cy

GRÉCIA

RESOLUTE MARITIME SERVICES INC.
ATENAS - GRÉCIA
Tel.: + 30 211 182 900 0
main@resolute.gr

HOLANDA/BELGICA/LUXEMBURGO

ESMA MARINE AGENCIES BV
AMSTERDÃO - HOLANDA
Tel.: + 31 203 121 350
shiprepair@esma.nl

HONG-KONG / REPUBLICA DA CHINA/TAIWAN / MACAU / FILIPINAS

TRANSMA LIMITED
WANCHAN – HONG KONG
Tel.: + 852 286 116 23
transma@transma.com.hk

ITALIA / MÓNACO / SUÍÇA

CAMBIASO RISSO SERVICE SAM
MONACO
Tel.: + 377 988 013 60
tech@cariservice.com

MÉXICO

GRETMAR INC.
TAMPICO - MÉXICO
Tel.: + 1 251 716 87 32
shiprepair@gretmar.net

NORUEGA

ULRIK QVALE & PARTNERS
OSLO - NORUEGA
Tel.: + 47 225 116 16
post@uqp.no

REINO UNIDO / IRLANDA

CALVEY MARINE LIMITED
WEST SUSSEX – REINO UNIDO
Tel.: + 44 903 748 860
calvey@calveymarine.co.uk

RÚSSIA

WSR – SERVICES LTD.
NOVOROSSIYSK- RÚSSIA
Tel.: + 74 999 184 307
mail.ru@umarwsr.com

SINGAPURA / MALASIA / TAILÂNDIA / INDONÉSIA

C.C. SHIP REPAIR & SERVICES PTE LTD.
SINGAPURA
Tel.: + 65 633 866 67
ccship@singnet.com.sg

